



**ATA NÚMERO DOIS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DO CONCELHO DE BARCELOS**

-----Aos quinze dias do mês de novembro de dois mil e treze, reuniu, pela segunda vez, no Auditório dos Paços do Concelho, pelas vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal do Concelho de Barcelos, depois de ter sido previamente anunciada em edital datado de sete de novembro de dois mil e treze, o qual foi afixado nos lugares habituais e publicado num jornal semanal desta cidade para conhecimento público, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA.-----

-----Sessenta minutos destinados à discussão dos assuntos constantes no artigo doze do Regimento da Assembleia Municipal.-----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

-----Trinta minutos reservados ao público nos termos do artigo treze do Regimento da Assembleia Municipal.-----

-----ORDEM DO DIA.-----

-----Ponto um – Aprovação das atas das sessões de trinta de agosto e onze de outubro de dois mil e treze;-----

-----Ponto dois – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a fixação da taxa de zero vírgula sete por cento para os prédios urbanos e de zero vírgula trinta e cinco por cento para os prédios urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a cobrar em dois mil e catorze;-----

-----Ponto três – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para o lançamento da derrama de um vírgula dois por cento e isentar os sujeitos passivos com um volume de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

negócios que não ultrapasse os cento e cinquenta mil euros, a cobrar no ano de dois mil e catorze;-----

-----Ponto quatro – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo à Caixa de Crédito Agrícola;-----

-----Ponto cinco – Discussão e votação da Segunda Revisão às Opções do Plano e Orçamento Municipal do ano de dois mil e treze;-----

-----Ponto seis – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para os encargos plurianuais decorrentes da contratação da empreitada de obra pública denominada “Requalificação Urbana do Núcleo Central Histórico – Envolvente ao Paço dos Condes/Duques e à Igreja Matriz de Barcelos”;-----

-----Ponto sete – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a prorrogação do prazo para a homologação da lista de classificação final dos procedimentos concursais;-----

-----Ponto oito – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a Declaração de Reconhecimento do Interesse Público Municipal na operação urbanística que consubstancia a alteração do uso das construções existentes para instalação de um equipamento destinado à realização de eventos e prestação de serviços, nomeadamente de restauração, localizada na Quinta da Poça, freguesia de Gamil;-----

-----Ponto nove – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a Declaração de Reconhecimento do Interesse Público Municipal de uma parcela de terreno com setecentos e vinte e cinco metros quadrados, para legalização/ampliação de um edifício destinado a indústria de serralharia, sita no lugar de Pensal, freguesia de Airó;-----

-----Ponto dez – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a Declaração de Reconhecimento do Interesse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

Público Municipal na operação urbanística que consubstancia a demolição, legalização e ampliação de um edifício de génese ilegal e que se destina a indústria, localizada no lugar da Riquinha, freguesia de Martim;-----

-----Ponto onze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a Declaração de Reconhecimento do Interesse Público Municipal de uma parcela de terreno com vinte e quatro mil, setecentos e trinta e seis metros quadrados, para construção de edifício industrial de confeção têxtil, sita no lugar do Monte, freguesia de Manhente;-----

-----Ponto doze – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo.-----

-----Imediatamente a seguir procedeu-se ao registo dos membros presentes, nomeadamente:-----

-----Adélio Barbosa Miranda, Agostinho Martins da Silva, Amândio da Costa Maia, Ana Maria de Lemos Pereira Bonifácio Viana Lopes, Ana Paula Carreira Gonçalves Lopes Moreira, Ana Rita da Silva Torre, Anselmo Miranda Vasconcelos, António da Cruz Vaz Saleiro, António Joaquim da Costa Lima, António José Oliveira Félix de Sousa Barroso, António Oliveira Castro, António da Silva Gonçalves do Vale, António Silva Pereira, Armando Ricardo Pereira da Costa, Armindo Manuel Costa Vilas Boas, Arnaldo Ribeiro de Sousa, Augusto Fonseca Silva Dias, Bruna Cristiana Araújo Ferreira, Bruno André Torres Macedo, Cândido da Silva Gomes, Carlos Alberto Oliveira Sousa, Casimiro da Silva Rodrigues, Clara Magda Ribeiro Barbosa Fernandes, Cristiana Isabel Pereira da Silva Dias, Daniel Martins de Brito, Daniela Filipa Cardoso Miranda, David Alberto Lemos de Sousa, David José Pereira de Carvalho, David Pimenta Vilas Boas, Débora Alexandra Vilas Boas Jézero, Domingos Duarte da Silva,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

Domingos Falcão Gonçalves, Domingos Miguel Magalhães Ferreira, Domingos Pereira de Araújo, Duarte Nuno Cardoso Amorim Pinto, Elsa Gracinda de Oliveira Brás, Fernando Gomes Alves, Fernando José Gonçalves Pinto, Fernando Nuno Fernandes Ribeiro dos Reis, Filipe Emanuel Ramires Pinheiro, Firmino Manuel Lopes da Silva, Florinda Oliveira Bogas, Gabriel Costa Gonçalves, Guilhermina Sousa e Silva dos Santos Guimarães, Hélder Manuel Antunes Nogueira, Hugo Miguel Araújo Cardoso, Isabel Maria Pereira dos Santos, Jaime Manuel Faria Dantas, João Alberto Novais Alves, João Batista Gonçalves Abreu, João Macedo Lourenço, João Paulo Pereira Dias, João Rodrigues Martins, João Vieira Barbosa da Silva, Joaquim Alberto Martins Barbosa, Joaquim Barbosa Dantas, Joaquim Manuel Araújo Barbosa, Joel Miranda Fernandes de Sá, Jorge César Fernandes da Silva, Jorge Manuel de Mesquita Fernandes, Jorge Manuel Oliveira Fernandes, José Alves Peixoto, José António Gomes Coelho, José Brito Faria, José Carlos Esteves da Costa, José da Costa Monteiro, José Gomes dos Santos Novais, José Gonçalves de Araújo Silva, José Luís Dias Pereira, José Luís Gomes Arantes, José Luís Miranda Vilas Boas, José Manuel de Araújo Cardoso, José Manuel da Costa Cunha, José Manuel Padrão Ferreira, José Manuel Rodrigues Araújo, José Maria Alves da Fonte, José Maria Cruz Batista, José Miguel Rodrigues Durães, José Monteiro da Silva, José Neiva Dias, Juliana Raquel Oliveira Campos, Leonel Gonçalves Vila-Chã, Lucinda Carlota Monteiro Ferreira de Oliveira Fonseca, Luís Gonzaga da Silva Pedrosa, Manuel Fernando da Costa Miranda, Manuel Isaque Ribeiro Ferreira, Manuel João Nunes Garcia, Manuel Joaquim Araújo da Silva, Manuel Jorge Macedo Esteves, Manuel Maria dos Santos Maciel, Manuel de Oliveira Magalhães, Manuel Simões Correia, Maria Isabel Sá da Venda, Maria José Correia Simões, Maria Manuela da Silva Gomes de Sá Oliveira, Maria Teresa Carvalho Martins Esteves, Mário Jorge Gomes de Figueiredo, Mário José Martins da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

Costa, Marta Catarina da Costa, Natalina de Sá, Nelson Carlos Teixeira de Brito, Nuno Evandro Serra Oliveira, Nuno Miguel Machado Martins, Paula Cristina Leiras Belchior, Paulo Jorge Gonçalves Esteves, Pedro António Pimenta da Costa Gonçalves, Ricardo Xavier Gomes Vilas Boas, Rui Manuel Dias Faria, Sandra Isabel Coutada Teixeira, Sebastião Lemos Ferreira, Susana Patrícia dos Santos Araújo, Teresa Maria Dias Ferreira Campos, Vasco André Gomes de Deus Real.~::~:~::

~::~:~::Faltaram os seguintes membros:~::~:~::

~::~:~::António Cardoso da Silva, António da Costa Neves, Cândido Pedrosa e Silva, Hélder Duarte Grácio Tomé, Joana de Macedo Garrido Fernandes, Júlio Arménio Martins da Silva, Manuel Martins Abilheira, Maria do Sameiro Gomes Cunha Serra, Mário Constantino Araújo Leite da Silva Lopes, Paulo Jorge Dantas Fagundes.~::~:~::

~::~:~::INÍCIO DOS TRABALHOS~::~:~::

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito boa-noite. Declaro aberta a sessão.~::~:~::

~::~:~::Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados, Comunicação Social, Minhas Senhoras e Meus Senhores.~::~:~::

~::~:~::Começo por informar que antes desta Assembleia Municipal tivemos aqui um ato, que foi a eleição para a Comunidade Intermunicipal. Este colégio eleitoral é só constituído pelos membros da Assembleia Municipal que foram diretamente eleitos e apresentaram-se três listas: a Lista A do Partido Socialista, a Lista B da Coligação que para estes efeitos se agrupou e a Lista C do MIB.~::~:~::

~::~:~::Os resultados já estão aí em edital, que foram os seguintes:~::~:~::

~::~:~::Lista A – vinte e oito votos;~::~:~::

~::~:~::Lista B – vinte votos;~::~:~::

~::~:~::Lista C – oito votos;~::~:~::



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Votos em branco – três.-----

-----Portanto, em sessenta e dois, votaram cinquenta e nove.-----

-----Através do método de Hondt serão eleitos para a Comunidade Intermunicipal os primeiros quatro da lista do Partido Socialista, os primeiros três da lista da Coligação e um da lista do MIB.-----

-----Passaria de imediato a comentar algumas alterações em que a mesa trabalhou para que efectivamente se conseguissem algumas situações de simplificação de procedimentos e de mais comodidade para todos os presentes e que passava a referir.-----

-----Assim, temos a introdução do cartão para cada deputado da Assembleia Municipal e o seu controle automático na entrada. Nós aqui na mesa, em simultâneo, também temos o quórum que existe na sala. Portanto, quando iniciei esta sessão nós temos *on-line* aqui o controle dos deputados e sabemos exatamente para situações em que de facto haja dúvidas do quórum existente. Tive o cuidado de explicar aos líderes dos grupos municipais o funcionamento desse cartão. No caso de algum deputado da Assembleia Municipal se esquecer tem a alternativa de se dirigir ao secretariado na entrada, que terá um código e com a introdução desse código o assunto fica imediatamente resolvido. Quando casualmente sair por aqueles motivos que acontecem durante a sessão, também terá que passar o cartão na máquina para que automaticamente o quórum fique atualizado. E finalmente quando encerrar a sessão, eu lembrarei no fim da sessão, terão que passar o cartão, inclusive para o processamento automático das senhas, e tudo isso passará desta forma a funcionar. Estes equipamentos são exclusivamente da Assembleia Municipal.-----

-----Em relação ao público, achamos que felizmente este auditório tem condições para que o público esteja confortavelmente instalado e providenciámos um certo número de cadeiras adicionalmente ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

anfiteatro que considerávamos que poderiam ser suficientes, já reforçámos com mais algumas cadeiras, em nome da mesa peço desculpa de facto, mas este assunto foi imediatamente resolvido. Portanto, também julgo que é consensual que isto vem permitir mais comodidade ao público que quer assistir e pessoalmente também maior concentração aos senhores deputados na evolução da sessão.-----

-----Gostava também de informar que a Assembleia recebeu o pedido de suspensão apresentado pelo deputado do PS Ilídio Morais Rodrigues, o qual já foi substituído nos termos da lei.-----

-----Entre o vário expediente que, como é compreensível com estas alterações, entretanto fomos recebendo, vai-nos ocupar mais algum tempo do que o habitual.-----

-----E começaria por um documento que é a “*Informação do Auditor Externo sobre a Situação Económica e Financeira*” relativa ao primeiro semestre de dois mil e treze, a fim de ser apreciada pela Assembleia Municipal conforme o dispõe o artigo quarenta e sete da Lei das Finanças Locais.-----

-----É uma informação bastante extensa e vou só destacar aquilo que eu considerarei relevante para a informação dos senhores deputados. Este documento também vai estar no repositório.-----

-----“*Introdução.*-----

-----*Nos termos da alínea d), número três, do artigo quarenta e oito, da Lei das Finanças Locais, apresentamos a nossa informação sobre a situação económica e financeira do município de Barcelos, relativa ao primeiro semestre de dois mil e treze*”.-----

-----O âmbito, que é a análise do cumprimento das disposições legais e estatutárias, análise de rácios, revisão sumária das principais rubricas que compõem a informação económica e financeira, comparação dos valores orçamentados com os valores executados, verificação dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

cumprimentos legais.-----

-----Para efeitos do estipulado de vários dispositivos legais, foi analisado o plano plurianual de investimento, o orçamento, a execução anual do plano plurianual de investimentos, mapas de execução orçamental, balanço, demonstração de resultados, anexos às demonstrações financeiras.-----

-----Confirmaram também que *“utilizou o seu site para dar satisfação aos deveres de publicidade descritos no artigo quarenta e nove da Lei das Finanças Locais”*.-----

-----Confirmaram também que *“o município cumpriu, nos prazos, as obrigações fiscais e parafiscais do semestre em apreciação”*.-----

-----Depois, *“Os indicadores de equilíbrio de curto prazo analisados continuaram a evidenciar, todos eles, a melhoria crescente da situação financeira do município, com especial realce para a sua tesouraria”*.-----

-----Relativamente ao endividamento, *“Apresentam-se, de seguida, os rácios ligados ao endividamento e onde se verifica, no semestre em análise, que o endividamento do município se posiciona confortavelmente aquém dos limites legais previstos no Orçamento de Estado para o ano de dois mil e treze em curso”*.-----

-----*“Investimentos.*-----

-----No semestre em análise, os incrementos no imobilizado corpóreo ascenderam a dois milhões, setecentos e setenta e cinco mil euros”.-----

-----Finalmente, a conclusão do relatório do auditor externo.-----

-----*“Conclusão.*-----

-----Com base na informação atrás expendida, com realce para as evidências apresentadas pelos indicadores utilizados na análise, em que ressalta, por um lado, o carácter consistente com os períodos próximos passados e, por outro, a tendência de consolidação crescente dos meios de tesouraria e a tranquila margem de endividamento obtida face ao limite



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

legal, podemos concluir que a situação económica e financeira do município de Barcelos, no fim do primeiro semestre deste ano de dois mil e treze, se apresenta salutarmente equilibrada, não obstante o efeito e o impacto das austeras medidas que vêm sendo impostas às autarquias (e ao poder local), justificadas pela crise que assola o país.-----

-----Braga, dezasseis de Outubro de dois mil e treze”.-----

-----Também gostaria de informar os senhores deputados que dei instruções para colocar no repositório dos documentos da Assembleia Municipal, o que irá acontecer na próxima semana, um documento designado “*Declaração de Mirandela sobre as Assembleias Municipais*”, que consideramos de interesse a sua consulta, dado que dá contributos para a dignificação das Assembleias Municipais, como decorre do seu segundo seminário, “*As Assembleias Municipais: Escolas de Democracia e Cidadania*”.-----

-----Esta declaração de Mirandela contou com a presença de representantes de bastantes Assembleias Municipais deste país e tem o apoio da Escola de Direito da Universidade do Minho, departamento NEDAL.-----

-----Gostaria também de informar que recebi uma comunicação da ACIB a informar que na sexta-feira, dia vinte e dois, às quinze horas, haverá uma conferência que será na ACIB ou noutra local a indicar pela ACIB, com a presença do senhor secretário de Estado do Emprego, nomeadamente sobre o próximo QREN que entra em vigor, dois mil e catorze/dois mil e vinte.-----

-----Em relação à forma de votação, também a mesa decidiu proceder à alteração da forma de votação. Portanto, as votações passarão a ser sempre em pé para a facilidade de contagem dos serviços de apoio da Assembleia Municipal.-----

-----Por outro lado também, organizados já os líderes dos grupos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

municipais, pretendo o mais rápido possível reunir em data que seja conveniente para todos, para iniciar o mais breve possível a revisão do regimento. Saiu legislação relativamente recente e efetivamente pensamos que se justifica ainda que isso venha a demorar algum tempo.-----

-----Todavia, pelo menos espero que em tempo útil, por proposta da mesa da Assembleia Municipal, mas também ouvidos todos os líderes dos grupos municipais, apresentaremos o orçamento da Assembleia Municipal ao executivo, isto é, as dotações discriminadas em rubricas próprias para o pagamento das senhas de presença, ajudas de custo e subsídios de transporte dos membros da Assembleia Municipal, bem como para aquisição dos bens e serviços correntes necessários ao seu funcionamento e representação. Esta informação fá-la-emos em tempo útil para dar ao senhor presidente da Câmara, para incluir no orçamento de dois mil e catorze e, portanto, essa verba ser devidamente contabilizada.-----

-----Em face da situação que expus e não tendo havido propostas de grupos municipais, decidi passarmos directamente ao artigo doze da alínea c) do ponto três, competindo ao Partido Socialista uma intervenção de fundo político de dez minutos e o restante tempo ser equitativamente distribuído por todas as forças políticas aqui presentes.-----

-----Podem-se inscrever, a mesa aceita inscrições!-----

-----Tem a palavra o senhor deputado Joaquim Barbosa.-----

DEPUTADO DO PS – Joaquim Barbosa – Senhor Presidente da Assembleia, Excelentíssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores.-----

-----Em dois mil e doze, no seu primeiro ano de governação completo, o Governo do PSD/CDS adotou como estratégia um plano surpreendente de austeridade de nove vírgula seis mil milhões de euros, o dobro do previsto no memorando da *troika*, crente desde logo que mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

austeridade, mesmo mais do que aquela que nos impunham, permitiria uma recuperação económica mais rápida.-----

-----Ainda em dois mil e doze, aplicou um pacote de redução da despesa, essencialmente à custa de um corte nos subsídios dos funcionários públicos e pensionistas, e um presumido aumento da receita, através do enorme aumento de impostos diretos.-----

-----Esta estratégia, face aos resultados que o Governo esperava obter, revelou-se, como todos sabem, um fracasso.-----

-----Ainda em dois mil e doze, verificou-se uma redução do défice em pouco mais de dois mil milhões de euros, e só à custa de medidas que vieram a revelar-se inconstitucionais.-----

-----Ainda nesse mesmo ano e ao contrário do aumento presumido da receita, verificou-se uma perda de mais de quatro mil milhões de receita fiscal e contributiva.-----

-----Em simultâneo, ainda em dois mil e doze, foram destruídos duzentos mil postos de trabalho.-----

-----Como se não bastassem os equívocos, para dois mil e treze foi seguida a mesma estratégia de aprofundamento da austeridade. E para compensar a perda da receita fiscal, decidiu o Governo pelo maior aumento dos impostos sobre o rendimento das famílias, da história da democracia portuguesa.-----

-----Mas em dois mil e treze, a estratégia voltou novamente a falhar: apesar de mais de cinco mil milhões de euros retirados à economia, o défice real não diminuiu e terminará com o mesmo valor com que havia fechado o ano de dois mil e doze: um défice de cinco vírgula oito por cento.-----

-----E apesar de todos os aumentos de impostos, a receita fiscal e contributiva em dois mil e treze será mil milhões de euros inferior à que o Estado arrecadou em dois mil e onze.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Ou seja, as medidas para aumentar a receita, à custa do aumento de impostos, traduziram-se afinal em queda significativa dessa mesma receita.-----

-----Senhores deputados, o resultado do ajustamento em dois mil e doze e dois mil e treze é o seguinte:-----

-----Para dois mil e doze o Governo tinha partido de um défice de sete vírgula um por cento do PIB.-----

-----Implementou nesse ano medidas de austeridade que representaram nove vírgula seis mil milhões de euros, quase dez mil milhões de euros.-----

-----O défice, todavia, situou-se em cinco vírgula oito por cento do PIB.-----

-----Conclusão: quase dez mil milhões de euros de austeridade para conseguir afinal uma redução do défice um pouco superior a dois mil milhões de euros.-----

-----Para dois mil e treze o ponto de partida foi um défice de cinco vírgula oito por cento do PIB.-----

-----As medidas de austeridade representam mais de cinco mil milhões de euros.-----

-----Um défice sem medidas pontuais que se situará em cinco vírgula oito por cento do PIB.-----

-----Conclusão: mais de cinco mil milhões de euros de austeridade sem efeito de redução do défice.-----

-----Perante isto, para dois mil e catorze, o que pretende fazer o Governo? Repetir a estratégia que tão mau resultado deu em dois mil e doze e em dois mil e treze: voltar a incidir a redução da despesa nos salários e nos pensionistas, agora nos da Caixa Geral de Aposentações e nas pensões de sobrevivência.-----

-----Tudo indica assim que teremos a repetição do que sucedeu nos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

anos anteriores:-----

-----A elaboração de um orçamento que muito dificilmente será cumprido, devido ao efeito recessivo das medidas propostas;-----

-----Um provável chumbo das novas medidas pelo Tribunal Constitucional;-----

-----E, como corolário, muito provavelmente a renegociação com a *troika* da meta do défice para dois mil e catorze, apesar de toda a austeridade, quando não for mais possível manter a ideia de que a estratégia pode ser levada até ao fim, parece-nos inevitável.-----

-----Por isso, senhores deputados, o orçamento de dois mil e catorze não deixa ninguém indiferente, deixa mesmo os portugueses à beira de uma ataque de nervos, à beira do desespero:-----

-----Os pensionistas, pela perda de direitos que consideravam adquiridos;-----

-----As empresas, por ausência quase total de estímulos à economia;--

-----Os jovens, cada vez mais sem perspetivas de futuro, onde o único caminho é a emigração. Jovens que obtiveram uma formação académica paga pelo Estado e uma formação que atingiu uma qualidade recente nunca verificada até então, resultante sem dúvida de uma aposta na educação por parte do último Governo do Partido.-----

-----Mas esta aposta na educação, segundo este Governo, vai afinal beneficiar o desenvolvimento de outros países.-----

-----Senhores deputados, o Partido Socialista considera que, apesar de Portugal se encontrar sob um plano de assistência financeira internacional, existiria margem para executar uma política orçamental alternativa.-----

-----O Partido Socialista defende um caminho alternativo para cumprir o programa de ajustamento, assente na sustentabilidade, no crescimento económico e na criação de emprego.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----O sucessivo falhanço das metas orçamentais, a espiral de desemprego que sofremos e as falências que se verificam têm-nos dado razão.-----

-----Em concreto, o Partido Socialista considera ser necessário:-----

-----Deixar afinal de contas a economia respirar, o que implica parar com a adoção dos cortes de quatro mil milhões de euros previstos, nomeadamente cortes de salários e pensões. Só isso, todos os economistas estão de acordo, só menos o Governo e os técnicos da *troika*, permitirá parar a destruição de emprego, garantir a estabilização das expetativas da população, e recuperar a procura interna, podendo por esta via caminhar-se para a sustentabilidade das finanças públicas;-----

-----Mobilizar todos os instrumentos de política económica para estimular a dinâmica de investimento e desde logo os fundos comunitários;-----

-----Assegurar uma trajetória sustentável para a despesa corrente primária, mas evitando tomar medidas recessivas pró-cíclicas, e deixando funcionar os mecanismos de estabilização financeira;-----

-----Procurar uma solução global e europeia para garantir a sustentabilidade da dívida pública que até hoje não foi conseguida por este Governo.-----

-----Ao nível autárquico, como todos sabem, o orçamento de Estado infelizmente segue a mesma tendência:-----

-----Os aumentos de IMI deixam de estar protegidos pela cláusula de salvaguarda, o que levará a aumentos de IMI inoportáveis para os proprietários;-----

-----Como se não bastasse, o aumento da receita por via da reavaliação dos imóveis não irá pertencer aos municípios, mas vai para um fundo, um fundo de emergência, de forma a equilibrar as contas de alguns municípios menos eficientes, que não é, senhores deputados, como



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

sabem, o caso de Barcelos. E por isso, o aumento da receita do IMI no concelho de Barcelos, que por definição deveria caber ao município de Barcelos, afinal irá sair do município e irá ser destinado a outros concelhos;-----

-----Diminuição das transferências para os municípios, sem critério;-----

-----Não se verifica um reforço, ao contrário do que seria possível, das competências do poder local e regional.-----

-----Em Barcelos, o orçamento de Estado em dois mil e catorze significa um corte de seiscentos e cinquenta mil euros nas transferências.-----

-----A este propósito, será bom lembrar que passamos de um patamar de financiamento de vinte e seis ponto cinco milhões em dois mil e nove para vinte e dois ponto cinco milhões em dois mil e catorze – menos quatro milhões de euros.-----

-----Pese todos estes constrangimentos, senhores deputados, o executivo municipal do Partido Socialista, aliás, com o rigor das suas contas certificado por entidade académica idónea e independente, que o classificam como o segundo concelho do país com gestão mais eficiente, manterá a essência das suas políticas, recentemente, aliás, sufragadas pela maioria dos barcelenses:-----

-----A continuação da tendência de redução da dívida municipal;-----

-----O prosseguimento das políticas de descentralização, através da manutenção do modelo de transferências para as freguesias correspondentes a duzentos por cento do FEF;-----

-----A manutenção da aposta na educação, através da construção de novos centros escolares;-----

-----E, finalmente, o reforço dos apoios sociais.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor deputado. Peço agora aos senhores deputados das forças políticas aqui representadas que se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

inscrevam, o tempo é equitativamente distribuído por todos. Portanto, temos quatro inscrições, o que dará sete minutos e meio a cada deputado.-

-----Faz favor, senhor deputado Pedro Gonçalves.-----

DEPUTADO DO PSD – Pedro Gonçalves – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a quem felicito e dirijo um voto caloroso, aliás, de maior sucesso na direção dos trabalhos hoje e no resto do mandato, Excelentíssimos Deputados Municipais e Excelentíssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara e Excelentíssimos Senhores Vereadores.-----

-----Eu começo por pedir alguma indulgência ao senhor presidente da Assembleia Municipal, indulgência na interpretação do regimento em função da intervenção que vou fazer de seguida, dentro dos meus sete minutos e meio.-----

-----Quis o destino que a minha primeira intervenção nesta Assembleia ocorresse com o pretexto previamente anunciado do direito de defesa – mesmo que esta expressão, direito de defesa, seja aqui empregue no sentido quase só metafórico e não numa aceção técnica estrita.-----

-----Na circunstância, gostaria de aqui ter subido exclusivamente para endereçar os votos de sucesso e de sorte aos eleitos para a Assembleia Municipal, para a Câmara Municipal e para as freguesias do nosso concelho.-----

-----Sem deixar de, neste instante, expressar esses meus votos sinceros, esclareço que o que me traz aqui neste primeiro momento é o imperativo que tenho comigo mesmo de me defender dos ataques injustos e injuriosos de que fui alvo direto no discurso do senhor presidente da Câmara Municipal, aquando da sessão solene de instalação da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal.-----

-----O senhor presidente da Câmara Municipal teceu considerações absurdas sobre a minha pessoa, pretendendo atribuir-me uma atitude de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

superioridade e de arrogância em vários planos. Pois, esclareço-o, senhor presidente, sei perfeitamente quem sou, sei de onde venho e sei onde estou; e tenho a certeza – sempre tive – de que não me assiste nenhuma razão para me sentir superior a quem quer que seja.~~~~~

~~~~~Neste sentido, percebe-se que o meu entendimento, que expressei em ambiente de campanha, de que o PS teria sido colonizado por “pessoas de segunda categoria” encontra uma explicação direta – que continuo a considerar plausível – precisamente em atitudes, declarações e omissões do senhor presidente da Câmara Municipal que, deixe-me dizer-lhe, economizaram em dignidade. Refiro-me, em concreto, a imputações diretas que me foram feitas, desde logo sobre a minha suposta participação numa negociata pretensamente contra os barcelenses. Não satisfeito com esta insinuação torpe feita em plena Assembleia Municipal, o senhor presidente não apenas não se retratou publicamente, como devia, pois sabia que estava a mentir desabridamente, como resolveu fazer declarações, em comícios e em outras sedes, atribuindo-me o desejo de “fazer mal aos barcelenses”. E, meus senhores e minhas senhoras, eis porque, aos meus olhos, se afigurou justo e certo considerar de segunda categoria um agente político com grandes responsabilidades que se deixa orientar por critérios de insinuação, de injúria e de mentira.~~~~~

~~~~~A terminar este ponto, e para que fique absolutamente clara a razão de ser das minhas palavras, quero dizer que jamais tive a intenção, aberta ou velada, de afirmar uma superioridade intelectual ou moral sobre qualquer pessoa. Sou um homem comum, como todos os outros que estão nesta sala – que certamente tem defeitos e terá algumas qualidades; um homem comum que se considerou pessoalmente atingido na sua honra e dignidade pelas declarações do senhor presidente da Câmara, proferidas já não em ambiente ligeiro de campanha eleitoral, mas em contexto solene, na sequência do seu empossamento formal no cargo que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

ocupa. Acalento a esperança de que a batalha política se faça com verdade, e em clima democrático e sadio, sem injúrias, sem factos inventados, sem insinuações de que há nesta sala alguém com o objectivo de fazer mal aos barcelenses.~::~:~::

~::~:~::Era para este ponto que eu pedi indulgência do senhor presidente da Assembleia Municipal.~::~:~::

~::~:~::Dito isto, e então se o senhor presidente me permitir, passo à segunda parte da minha intervenção, para, de forma breve, tecer algumas considerações sobre os contornos da situação política local criada com os resultados das eleições de vinte e nove de setembro.~::~:~::

~::~:~::O PS ganhou em todos os planos: ganhou as eleições para a Câmara Municipal, com maioria absoluta; ganhou as eleições para a Assembleia Municipal (aqui sem maioria absoluta, apesar de a obter por via das inerências); ganhou as eleições para a maioria das Assembleias de Freguesia.~::~:~::

~::~:~::A vitória do PS é significativa, é expressiva.~::~:~::

~::~:~::Mas agora já estamos no dia seguinte. E agora há que ver o que é que o PS faz ou vai fazer com estas maiorias absolutas. Por exemplo:~::~:~::

~::~:~::O que é que o PS vai fazer com o *dossier* das empresas municipais, cuja fusão, sem surpresa, o Tribunal de Contas chumbou? Vai fechá-las? Vai internalizar o pessoal? Vai despedir o pessoal? O que é que vai fazer?~::~:~::

~::~:~::O que é que vai fazer o PS com o concurso do pessoal que abriu em clima e com os olhos postos na campanha eleitoral e que agora, também sem surpresa, se vê na exigência de prorrogar, de uma prorrogação, diga-se, que já se anuncia como uma antecipada anulação?~::~:~::

~::~:~::O que é que vai fazer o PS, que criatividade vai evidenciar para fazer face aos constrangimentos financeiros que não vão parar?~::~:~::

~::~:~::O que é que vai fazer o PS para atrair investimento para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

Barcelos?-----

-----É que agora, com mais de quatro anos de governação em período de crise profunda, não vão bastar as festas em contínuo, nem a “eficiência financeira” obtida à custa de ausência de investimento. Agora vai ser tempo de saber gerir a coisa pública municipal. E há um requisito essencial de que o PS dispõe: dispõe de maiorias absolutas e tranquilas que lhe asseguram todas as condições para, certamente, enfrentar com sabedoria e competência os problemas que eu referi e muitos outros que vão surgir.-----

-----Para o bem de Barcelos é isso que eu espero! É isso que todos esperamos.-----

-----Do nosso lado, da oposição, e em especial do grupo municipal do PSD em cujo nome aqui falo hoje, pode o PS na Câmara Municipal esperar vigilância constante e atenta, na defesa dos interesses de Barcelos e dos barcelenses. Não vamos, certamente, baixar os braços, não vamos desistir, nem vamos perder a esperança.-----

-----Quem já viveu um bocado da vida – como é o meu caso – sabe que esta é feita de oscilações, de altos e de baixos. Este movimento pendular caracteriza a nossa vida pessoal e é também assim na vida política. Pelo nosso lado, estaremos, neste ciclo, com a mesma firmeza, com a mesma força e com o mesmo propósito de servir que sempre estaríamos, em qualquer circunstância: em tempos de maré alta e em tempos de maré baixa.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor deputado. Vai agora usar da palavra o senhor deputado Mário Costa.-----

DEPUTADO DO BE – Mário Costa – Muito boa-noite, senhor presidente da Assembleia, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Minhas Senhoras e Meus



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

Senhores, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.-----

-----Também me queria referir aqui à cerimónia da tomada de posse da Câmara Municipal antes de tecer algumas considerações sobre a situação política e económica do país e do concelho.-----

-----A tomada de posse foi um ato sem propósito nem dignidade nenhuma. Mais pareceu um comício público do Partido Socialista a que todos os restantes partidos e o público presente, com ou sem vontade, foi obrigado a assistir, alguns até a bater palmas forçada e caricatamente.-----

-----O discurso do senhor presidente da Câmara foi um vexame público para a coligação de direita, PSD/CDS, não foi um discurso de vencedor que honrasse os vencidos.-----

-----Ficámos a saber, durante a campanha, a que nível pode baixar o debate político. Que manobras podem ser utilizadas por gente sem escrúpulos, capaz de tudo para conquistar o poder.-----

-----Achámos estranho que o Partido Socialista não tenha intentado uma acção judicial contra os autores desconhecidos destes crimes. E, do mesmo modo, criticamos frontalmente a direcção do PSD por não se ter demarcado claramente destas acções.-----

-----Mas o Partido Socialista não fica isento destas críticas, serviu-se da máquina da Câmara para fazer campanha eleitoral, não contando com os enormes meios próprios que utilizou e que estão muito para além do razoável. O sistema permite-o, mas um candidato em exercício devia suspender as suas funções para fazer campanha eleitoral. Não é agir como responsável político num momento e no outro como candidato ao cargo.-----

-----Com tudo isto, uns e outros só perderam na credibilidade. Descredibilizaram ainda mais o sistema político e partidário, aumentaram o divórcio entre o povo e os partidos, a abstenção e o voto de protesto não para de aumentar.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Fomos nós também próprios vítimas dessa situação. Muita gente, principalmente os mais jovens, voltou as costas aos políticos, metendo todos no mesmo saco. A abstenção, a nível nacional, ultrapassou uns inimagináveis quarenta e sete por cento, em eleições autárquicas.-----

-----Com exemplos destes não vamos a lado nenhum.-----

-----É preciso que se faça política a sério. Que se debatam os reais problemas do concelho e do país. Que se mude de uma vez de política e de protagonistas, sem o que nem o país, nem o concelho retomarão o rumo do progresso, de um desenvolvimento económico e social que sirva as populações e seja ambientalmente sustentável.-----

-----Para o novo mandato desta Assembleia que agora se inicia, senhor presidente, o Bloco de Esquerda, cumprimentando os vencedores e todos os que se submetendo ao sufrágio do povo, (não é ao favor como diz o engenheiro José Sócrates!!), conseguiram ser eleitos e têm lugar nesta Assembleia, deseja uma acção e intervenção muito mais válida e acutilante, na defesa da democracia, reforçando o papel fiscalizador deste órgão.-----

-----Esperamos que o público faça uso sistematicamente do tempo de que dispõe em cada reunião. Que os senhores presidentes das Juntas intervenham ativamente na defesa das suas freguesias. Que nos partidos mais votados haja mais pluralidade e democracia, mais vozes e não sempre as mesmas que parece terem de ser autorizadas previamente para intervir.-----

-----Esta continua a ser a maior Assembleia do país, esperamos que em qualidade também o seja, que se melhore o debate, que haja menos figuras de corpo presente, menos ausências e mais intervenção.-----

-----Desejamos-lhe, senhor presidente da Assembleia, à restante mesa e a todos os deputados, também, um bom mandato.-----

-----Desejamos à atual Câmara do Partido Socialista que defenda a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

população do concelho, pugne pelo bem-estar e o desenvolvimento da nossa cidade e do nosso concelho.-----

-----Relativamente à situação política e económica do país a que o deputado Joaquim Barbosa do Partido Socialista se referiu, a crítica à austeridade feita pelo PS não colhe. O PS está umbilicalmente ligado a ela, foi quem trouxe a *troika* para Portugal, foi por culpa do Partido Socialista que a situação se deteriorou a este ponto.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor deputado. Vai agora usar da palavra o senhor deputado Armando Costa.-----

DEPUTADO DO MIB – Armando Costa – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimas Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados Municipais, Caros Senhores, Caras Senhoras, boa-noite.-----

-----Começamos por desejar a maior felicidade para os membros desta Assembleia e do executivo municipal para este mandato.-----

-----Queremos aproveitar este momento para uma felicitação particular, dirigida ao senhor presidente da Assembleia, pelo seu discurso de tomada de posse. Considerámos que foi uma intervenção que prestigia este órgão, na verdade, acaba por não nos surpreender porque elevação e ponderação são atributos que caracterizam o doutor Duarte Nuno Pinto.--

-----Deu um exemplo!-----

-----Acreditamos que esta atitude foi um contributo importante para a melhoria da qualidade destas sessões.-----

-----O Movimento Independente por Barcelos tem, neste momento, a responsabilidade de ser a terceira força política no concelho.-----

-----Conseguimos, sem o apoio das denominadas máquinas partidárias, eleger sete membros para esta Assembleia, um vereador para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

a Câmara Municipal e dois presidentes de Junta. É público que este resultado não correspondeu às nossas expectativas mas temos, agora, a honrosa tarefa de representar nesta sala aqueles que nos elegeram.-----

-----É por isso que neste mandato a nossa atuação irá pautar-se pela elevação, pela ponderação, pelo sentido crítico e construtivo. Tentaremos que todos os membros deste grupo intervenham em todas as sessões, em sequência disso e para não causar muito incómodo, na reunião preparatória que tivemos desta Assembleia, já comunicámos ao senhor presidente da Assembleia o posicionamento que estamos atualmente na bancada não ser o ideal porque vamos causar incómodo aos restantes membros dos restantes grupos parlamentares.-----

-----Os senhores presidentes de Junta, eleitos pelo Movimento Independente por Barcelos, devido às características das suas funções, terão intervenções pouco regulares e estão dispensados do cumprimento de orientação de voto nos assuntos que digam respeito, direta ou indiretamente, às freguesias.-----

-----Estes são os nossos compromissos, são as nossas responsabilidades com os nossos eleitores e com todos os barcelenses. É por eles que vamos trabalhar!-----

-----Caras Senhoras e Caros Senhores.-----

-----Queremos também aproveitar este período para manifestarmos o nosso completo desacordo com a aprovação, pelo executivo municipal, da participação de cinco por cento no IRS dos rendimentos de dois mil e catorze.-----

-----Em dois mil e catorze – tal como foi aqui referido –, todas as previsões indicam um agravamento das condições financeiras das famílias e o executivo perde, em nossa opinião, duas oportunidades.-----

-----A primeira, e das duas a mais importante, a possibilidade de aliviar a enorme carga de impostos a que todos os barcelenses estão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

sujeitos, diminuindo a pressão com que muitas famílias gerem o seu orçamento familiar.-----

-----A segunda, é a de acreditarmos que esta medida poderia dar um contributo para um ligeiro aumento do poder de compra de algumas famílias e em sequência disso poder dinamizar o comércio e a economia local.-----

-----Poderão afirmar que esta verba é imprescindível ao orçamento para o apoio social, principalmente daqueles que mais necessitam.-----

-----Mas, meus caros, não são essas as rubricas onde este executivo teria de cortar para compensar esta medida. Deve cortar, isso sim, tal como defende o MIB, em:-----

-----Contratos de avença dispensáveis, por exemplo: assessoria de imprensa e comunicação;-----

-----Menos um vereador a tempo inteiro;-----

-----Extinção das empresas municipais;-----

-----Nomeações políticas e clientelares.-----

-----Para terminar, gostaria de dizer que se for combatido o desperdício a sério e se for rentabilizado o potencial humano de qualidade, através de uma gestão motivadora, nunca será necessário cortar no essencial.-----

-----Muito obrigado e muito boa-noite.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor deputado. Relativamente à questão da disposição do MIB no auditório da Assembleia Municipal, de facto este assunto foi abordado e eu de imediato prometi ao senhor deputado que iria ser revisto já a partir da próxima Assembleia. Na altura já havia uma situação consensual por parte de várias forças políticas, compreendemos aquilo que referiu e provavelmente vamos ter uma solução inovadora em relação a isso que, como sabe, também já lhe adiantei.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

~~~~~Vai tomar agora a palavra o senhor deputado Mário Figueiredo.~

**DEPUTADO DA CDU – Mário Figueiredo** – Muito boa-noite, Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Jornalistas, Meus Senhores e Minhas Senhoras.~~~~~

~~~~~Naturalmente que o Partido Comunista não pode deixar de acompanhar o diagnóstico que o Partido Socialista, por intermédio do deputado Joaquim Barbosa, fez da política de austeridade prosseguida pelo Governo PSD/CDS.~~~~~

~~~~~No entanto, não queremos deixar de salientar que a crise social e económica dramática vivida no nosso país tem uma história que não se cinge a dois anos e essa história o Partido Socialista é um dos grandes protagonistas.~~~~~

~~~~~Lembramos também que todos aqueles malefícios feitos pelo orçamento de Estado dois mil e doze e referidos pelo senhor deputado Joaquim Barbosa não mereceram na altura por parte do PS o combate político que estes mesmos malefícios mereciam, visto que o Partido Socialista absteve-se na votação do orçamento de Estado dois mil e doze.~

~~~~~Mas aqui o que eu quero referir de mais importante, porque é isto que está no presente a ser discutido, é a característica desse orçamento de Estado dois mil e catorze. Este orçamento de Estado dois mil e catorze é um orçamento de classe. E quando digo que é um orçamento de classe estou-me a referir que a maior parte dos sacrifícios, os mais dolorosos, são impostos aos trabalhadores e aos reformados.~~~~~

~~~~~Em contrapartida, aqueles que acumulam riqueza, aqueles que beneficiaram com a crise e continuam a beneficiar ficam de fora num claro prosseguimento de desigualdade social, da acumulação de riqueza, do controle monopolista por parte de um pequeno punhado de empresas. E aquilo que visa este orçamento de Estado, como visou o orçamento de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

Estado dois mil e treze, como visou o orçamento de Estado dois mil e doze que não mereceu a oposição do Partido Socialista, como visava o orçamento de Estado de dois mil e onze do Partido Socialista, é cortes nos salários, nas reformas e no subsídio de desemprego e nas prestações sociais; é a redução do investimento no Serviço Nacional de Saúde; é o encerramento de escolas e a degradação da escola pública; é a privatização dos serviços públicos; é o ataque ao poder local.-----

-----Tudo isto o Partido Socialista, o PSD e o CDS promoveram, cada um a seu tempo, cada um à sua maneira.-----

-----Mas perante este orçamento de Estado dois mil e catorze, perante esta política de ataque aos trabalhadores e aos reformados que merece uma forte contestação da população com grandes manifestações, com grandes ações de luta como greves gerais, onde é que está o Partido Socialista? O que é que faz o Partido Socialista efectivamente para combater esta política neoliberal de direita, de afronta aos direitos dos trabalhadores e dos reformados? Esconde-se, nada faz, porque esta política também é a sua.-----

-----E é perante esta ambiguidade que o Partido Socialista tenta passar de forma a que não seja conotado com esta política e perante esta falta de combatividade que o Partido Socialista tem a esta política, em que já abdicou de exigir o derrube deste Governo que é essencial para o derrube desta política, espera descansadamente que o poder lhe venha a cair no regaço para depois prosseguir a mesma política, porque é o seu turno de serviço na política neoliberal de ataque aos direitos dos trabalhadores.-----

-----Não quero deixar de referir que este orçamento de Estado prevê mais um corte às transferências para o município, muito bem referido pelo senhor Joaquim Barbosa, mas isto não é uma característica da política do PSD e do CDS. Já o Governo de Sócrates também começou a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

reduzir as transferências para os municípios com um claro objectivo da fragilização do poder local, com um claro objectivo de cada vez mais afastar o poder político, os serviços públicos que são garantidos por estas instituições políticas, de garantir estes serviços públicos, como estava a dizer, à população, neste caso, barcelense.-----

-----Por isso, não quero deixar de dizer que pode dar as voltas o PS que quiser, pode fazer os ataques que faça a esta política do PSD/CDS, mas o que é certo – aquilo que nós verificámos não só nestes dois anos mas nestes trinta e cinco anos/trinta e seis anos – é que PS, PSD, CDS têm uma agenda comum que visa a fragilização do Serviço Nacional de Saúde, da escola pública, dos trabalhadores, que visa a privatização de serviços públicos. Por isso, por muitas voltas que o PS queira dar, o PS nunca será uma alternativa a esta política; será sempre um promotor desta política de direita, será sempre um aliado do PSD, do CDS, ao serviço do capital como demonstrou recentemente, apesar das mentiras que muitos do PS andaram a dizer, aquela declaração de Sócrates, quando disse que chamou pelo Passos Coelho para prosseguir exactamente esta política em conjunto com o acordo da *troika*, o PS foi o primeiro assinante da *troika* nacional. Portanto, o PS está umbilicalmente ligado a esta política e certamente, se chegar ao poder, irá promovê-la custe o que custar.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Houve aqui um lapso do deputado Firmino do CDS de não se ter inscrito e aqui a mesa decidiu então autorizar a intervenção do doutor Firmino.-----

-----Senhor deputado Firmino, faz favor.-----

DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Excelentíssimo Presidente da Assembleia Municipal de Barcelos, Senhores Secretários, Excelentíssimo Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia Municipal, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----No mandato em curso, esta é a primeira sessão da Assembleia Municipal que poderemos designar de normal, porquanto foi a sessão anterior destinada apenas à eleição do presidente e secretários da mesa da Assembleia Municipal, não tendo os membros da Assembleia, que não o presidente eleito, possibilidade de intervir.-----

-----Por esse facto, não queria deixar de, em nome do grupo municipal do CDS, apresentar ao senhor presidente da Assembleia e senhores secretários, os nossos cumprimentos e fazendo votos para que estejam à altura das funções para as quais foram eleitos.-----

-----Queria também, em nome do grupo municipal do CDS, apresentar ao senhor presidente da Câmara e restante vereação os nossos cumprimentos e fazendo votos, também, para que estejam à altura das funções para as quais foram eleitos.-----

-----Queria ainda, em nome do grupo municipal do CDS, apresentar os nossos cumprimentos aos senhores presidentes de Junta, membros por inerência desta casa, e a todos os restantes membros desta Assembleia Municipal.-----

-----Ora, será com todas estas pessoas, vereação municipal e membros da Assembleia Municipal, que no decurso do corrente mandato, durante quatro anos portanto, iremos trabalhar.-----

-----Será nesta casa, naquela que é a maior Assembleia Municipal do país, que apresentaremos propostas, recomendações, protestos, enfim, discutiremos política e políticas, sempre com um fim último: a busca do melhor para o concelho de Barcelos.-----

-----O CDS assumirá, como não podia deixar de ser, o seu papel na oposição.-----

-----Enquanto partido na oposição, o CDS assumirá um papel de oposição consciente, exercendo essa oposição com elevação, repito, com elevação, sem fazer qualquer ataque pessoal, discutindo sempre política e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

as políticas, irá ser vigilante e atuante, postura esta que tem sido, aliás, a que o partido tem vindo a seguir e a adotar em mandatos anteriores.-----

-----Como disse anteriormente, logo no início da minha intervenção, esta é a primeira sessão na qual podem os membros desta casa falar.-----

-----E porque assim é, permita-me, senhor presidente da Câmara, expressar aqui o que lhe diria, se pudesse falar, logo após o seu discurso de tomada de posse.-----

-----Foi um discurso inapropriado ao momento e ao local.-----

-----O ato de tomada de posse, dos membros da Câmara e Assembleia Municipal, pedia e exigia solenidade, elevação e dignidade, o que infelizmente não sucedeu.-----

-----O senhor presidente da Câmara resolveu transformar um ato solene num autêntico comício, pois fez Vossa Excelência um discurso próprio de comício, com intervalos de permeio para ser prendado com ovações dos seus convidados, simpatizantes e militantes do partido que o elegeu.-----

-----Fez o senhor presidente da Câmara no seu discurso acusações graves à oposição, mas, mais grave ainda, foi fazê-lo sabendo que a oposição não podia responder-lhe.-----

-----Foi um discurso virado para o passado, ameaçador até, incitador, nada conciliador e não próprio de um presidente de Câmara aquando da tomada de posse.-----

-----Vou citar agora parte da intervenção do membro do Partido Socialista, Joaquim Barbosa, na sessão anterior. Dizia ele:-----

-----“*Nesta Assembleia Municipal precisamos de um ambiente mais cordial, mais respeitoso, mais sóbrio, que proporcione condições para um debate saudável e eficaz, onde prevaleça a discussão democrática e não o ataque pessoal..*”.-----

-----Continuava ele:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----“Estaremos todos de acordo que o ambiente político e a relação entre os vários partidos tem vindo a sofrer uma degradação progressiva nesta Assembleia Municipal, tendência que urge inverter”.-----

-----Ora, não será certamente com discursos do género daquele que proferiu o senhor presidente que tal desiderato poderá ser alcançado, pois que têm um efeito completamente oposto.-----

-----Quanto à intervenção anterior do membro do Partido Socialista, senhor Joaquim Barbosa, apraz-me apenas referir que a sua intervenção poderia ter alguma razão de ser caso se produzisse em plena Assembleia da República.-----

-----Como foi proferido nesta casa, na Assembleia Municipal de Barcelos, nenhum outro comentário me merece.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor deputado. Terminado o período de antes da ordem do dia e não havendo inscrições do público, passa-se imediatamente de seguida à ordem do dia.-----

-----Coloco de imediato à votação a dispensa da leitura das atas de trinta de agosto e onze de outubro de dois mil e treze.-----

-----Portanto, os senhores deputados que votam contra façam o favor de se levantar.-----

----- (Ninguém) -----

-----Os senhores deputados que se abstêm façam o favor de se levantar.-----

----- (Ninguém) -----

-----Foi aprovado por unanimidade a dispensa da leitura das atas.-----

-----Coloco agora à votação a aprovação da ata de trinta de agosto. Gostaria de referir que, como é o meu caso e de outras pessoas aqui presentes, que não estiveram presentes na Assembleia de trinta de agosto, que formalmente devem-se abster.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Quem vota contra, por favor, levanta-se.-----

----- (Ninguém) -----

-----Quem se abstém, por favor, levanta-se.-----

----- (Sessenta e sete, sendo trinta e dois do PS, vinte do PSD, nove do MIB, um do CDS-PP, um da CDU, um do PPM, três Independentes) -----

-----Foi aprovada por maioria com sessenta e sete abstenções.-----

-----Coloco agora à votação a aprovação da ata de onze de Outubro, que é relativa à tomada de posse.-----

-----Quem vota contra, por favor, levanta-se.-----

----- (Ninguém) -----

-----Quem se abstém, por favor, levanta-se.-----

----- (Dois, sendo um do PS, um do PSD) -----

-----Foi aprovada por maioria com duas abstenções.-----

-----Vamos passar de imediato ao segundo ponto da ordem do dia.---

PRIMEIRO SECRETÁRIO – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a fixação da taxa de zero vírgula sete por cento para os prédios urbanos e de zero vírgula trinta e cinco por cento para os prédios urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a cobrar em dois mil e catorze.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Aceitam-se inscrições!-----

-----Senhor deputado Nélon Brito, faz favor de usar da palavra.-----

DEPUTADO DO PS – Nélon Brito – Senhor Presidente da Assembleia, demais Membros da Mesa, a quem felicito e desejo um bom mandato, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, a quem também desejo um bom mandato, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----À semelhança do que se verificou no ano passado, o executivo municipal propõe a esta Assembleia a manutenção, em dois mil e catorze, das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis que vigoram este ano.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Com efeito, e tal como já explicou em reunião de Câmara, o executivo não tem outra alternativa que não seja adotar uma atitude de prudência perante um quadro de enorme incerteza criado, outra vez, pelo Governo.-----

-----Se, no ano passado, cinco por cento das receitas do IMI foram pura e simplesmente retiradas pelo Governo aos municípios, desta vez o perigo vem da nova Lei das Finanças Locais, a entrar em vigor já em janeiro próximo.-----

-----Esta lei prevê a criação de um Fundo de Apoio Municipal para acudir às Câmaras em rutura financeira. Diz a lei no seu artigo sessenta e quatro:-----

-----“A estrutura, termos e condições de capitalização e funcionamento do Fundo são reguladas em diploma próprio, que consagra as seguintes regras gerais:-----

-----Alínea a) A definição do capital necessário;-----

-----Alínea b) As fontes de financiamento, que incluem obrigatoriamente a participação do Estado e de todos os municípios”.-----

-----Tudo indica que esse “diploma próprio” virá dizer que o aumento do IMI resultante da reavaliação dos prédios que o Governo mandou fazer será mesmo para financiar este Fundo.-----

-----Mas como há membros do PSD e do CDS nesta Assembleia que têm o número de telemóvel de vários ministros, está na hora de lhes telefonar, para assegurar que tal não acontecerá.-----

-----E se tiverem sucesso nesse esforço, o executivo baixará o IMI para zero trinta por cento. Porque é isso que verdadeiramente deseja fazer.-----

-----Mas como isto é pouco provável, só há uma atitude a tomar por quem não abdica do rigor na gestão dos recursos municipais: esperar para ver. E isto equivale a dizer “não fazer alterações às taxas do IMI”. É



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

que, em dois mil e catorze, virão do Governo menos seiscentos e trinta e cinco mil euros (que se somam aos três milhões e setecentos mil euros que nos foram retirados pelo Governo nestes últimos três anos)!-----

-----O PSD e o CDS dizem agora que “por várias vezes têm criticado as posições do Governo de Portugal no que concerne às matérias fiscais”. Neste ponto estamos de acordo: as políticas fiscais do Governo têm sido demolidoras para os cidadãos e para as empresas!-----

-----E o doutor António Ribeiro disse aqui no ano passado a propósito do debate do IMI:-----

-----“*Estas tendências de agravamento fiscal coincidem com um período em que estão a ser impostas severas restrições financeiras ao poder local. Os municípios estão a receber menos transferências do orçamento do Estado, uma contração que se vem juntar a uma maior restrição ao nível da contração de empréstimos*”.-----

-----Continuava:-----

-----“*Com o mercado imobiliário em queda, que compromete outras receitas, o IMI, a derrama sobre o IRC e o IRS acabam por ser tábuas de salvação em orçamentos depauperados*”.-----

-----E concluiu:-----

-----“*É evidente que preferíamos que o IMI baixasse numa época em que as famílias já estão sobrecarregadas com impostos, mas, mais uma vez, num ato de oposição responsável que apresenta alternativas, e pesando as razões que nos levariam a votar contra e as razões que fazem com que os objetivos sejam difíceis de atingir, iremos abster-nos*”.-----

-----Ora, o que mudou do ano passado para este ano na nossa realidade?-----

-----Não mudou nada. Pelo contrário, as coisas estão piores do que estavam e ainda vão piorar mais depois do orçamento do Estado para dois mil e catorze.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Pois se a realidade não mudou, só podemos concluir que a oposição é que deixou de ser responsável!-----

-----E a esta irresponsabilidade soma-se ainda a demagogia do PSD.--

-----É que todos nos lembramos do enorme sorriso e toda a simpatia com que o doutor Domingos Araújo recebeu, em plena campanha para as autárquicas de vinte e nove de Setembro passado, o primeiro-ministro Passos Coelho! Quem os viu assim juntos só pôde pensar que o apoio do PSD de Barcelos ao Governo era total!-----

-----Passados dois meses, dizem que já por várias vezes criticaram as políticas do Governo... Os barcelenses não dormem, senhores deputados...-----

-----Por tudo isto, o grupo municipal do Partido Socialista irá votar favoravelmente esta proposta.-----

-----Obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. O senhor deputado utilizou cerca de seis minutos, salvo erro, e eu ia pedir aos outros senhores deputados para se conseguissem também concentrar a sua intervenção seria de facto mais agradável não irmos muito mais tarde, em altas horas da madrugada.-----

-----Agora toma a palavra o senhor deputado Mário Costa. Faz favor.-----

DEPUTADO DO BE – Mário Costa – Boa-noite, mais uma vez. Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, Excelentíssima Câmara.-----

-----O Imposto Municipal sobre bens Imóveis, IMI, é um imposto que incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios (rústicos, urbanos ou mistos) situados em território nacional.-----

-----É sabido que as avaliações urbanas realizadas resultaram no apuramento de um valor patrimonial tributário superior (em alguns



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

casos, muito superior) aos valores de mercado dos imóveis. Como o valor de mercado diminuiu, e o valor patrimonial tributário aumentou, isso significa que a tributação não foi sensível às oscilações de mercado, penalizando o proprietário, pelo que a única forma de minorar este efeito é tributar mais suavemente, reduzindo ainda mais a taxa. O proprietário não tem alternativa, pois mesmo que queira vender o bem para se livrar do IMI, depara-se com um mercado em estado recessivo.-----

-----O IMI é da responsabilidade dos municípios locais, cabendo-lhes definir todos os âmbitos do próprio IMI.-----

-----O Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) é uma das principais receitas dos municípios e o seu valor global tem vindo a crescer. É recente a avaliação geral de mais de cinco milhões de prédios urbanos, que resultou no aumento significativo do valor patrimonial tributário sobre o qual incide a taxa do IMI a fixar por este órgão autárquico. Nos últimos anos o montante recebido em todo o país aumentou cinquenta e nove por cento, passando de seiscentos e sessenta e sete milhões de euros em dois mil e três para mais de mil milhões em dois mil e oito. Em dois mil e onze, o IMI arrecadado ultrapassou um vírgula dois mil milhões de euros. Em Barcelos, o município tem uma receita de mais de seis vírgula seis milhões de euros à conta deste imposto.-----

-----Numa conjuntura económica e social tão grave, como aquela que o país atravessa, com o empobrecimento de grande parte da população, é inaceitável que os decisores municipais não tenham em conta a diminuição dos rendimentos familiares, nem o aumento da carga fiscal decorrente da avaliação extraordinária dos valores patrimoniais tributários. É por isso que neste contexto o Bloco de Esquerda entende que a Câmara de Barcelos deve fazer jus ao seu papel de estar próxima dos seus munícipes, abdicando de receitas neste período muito difícil para melhorar o ambiente social e económico do concelho.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----A solução que deve ser equacionada pelo município é o abaixamento das taxas de IMI para zero vírgula três por cento, porque é a solução que responde de forma mais adequada à atual situação.-----

-----Em suma, o Bloco de Esquerda defende a fixação da taxa mínima do IMI, para os prédios avaliados, em zero vírgula três por cento, pelo que vota contra a proposta apresentada pelo executivo.-----

-----Recomendamos ao executivo da Câmara de Barcelos a elaboração, pelos serviços municipais (isto é, sem custos acrescidos, porque realizados pelos técnicos da Câmara), de um estudo técnico sobre o impacto nas finanças municipais.-----

-----Por um lado, da fixação da taxa do IMI para dois mil e quinze pelos valores máximos (zero vírgula oito e zero vírgula cinco por cento), médios (zero vírgula sessenta e cinco e zero vírgula quatro por cento) e mínimos (zero vírgula cinco e zero vírgula três por cento).-----

-----Recomendamos ainda que se faça uma majoração em trinta por cento da taxa do IMI aplicável a prédios urbanos degradados.-----

-----Como resposta à degradação de muitos edifícios, para além da elevação da receita do IMI, trata-se de combater a injustiça fiscal entre quem mantém os imóveis em condições de utilização e outros proprietários que, deixando os prédios ao abandono, não respeitam a finalidade habitacional dos imóveis.-----

-----Recomendamos ainda a redução em vinte por cento da taxa do IMI a aplicar aos prédios urbanos arrendados situados nas áreas urbanas do concelho e particularmente no centro, ou em determinadas freguesias que se pretendam beneficiar, por motivos plausíveis, ou em territórios que sejam considerados mais desfavorecidos.-----

-----Esta medida permite responder à falta de habitação acessível e incorporar critérios de discriminação positiva pela via fiscal, contribuindo para a coesão territorial e para a justiça social, de modo a tornar mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

atrativa a residência em certas áreas do concelho.~

~Com a redução da taxa de IMI em vinte por cento é possível incentivar a disponibilização de casas para arrendar, bem como favorecer o arrendamento às famílias com poucos rendimentos.~

~Muito obrigado.~

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor deputado. Agradeço também a sua parcimónia no uso do tempo.~

~Tem a palavra o senhor deputado Armando Costa.~

DEPUTADO DO MIB – Armando Costa – Caros Senhores e Caras Senhoras.~

~Não é novidade para nenhum dos presentes as dificuldades que os barcelenses e os portugueses enfrentam no seu dia-a-dia.~

~A cada ano que passa, os barcelenses sofrem as agruras da crise, seja pela via do aumento da carga fiscal, seja pelos cortes nos ordenados e nas pensões, seja pelo flagelo do desemprego.~

~É do conhecimento público que uma das propostas do Movimento Independente por Barcelos, nas recentes eleições autárquicas, era a fixação da taxa mínima do IMI, isto é, zero vírgula três por cento para os prédios avaliados.~

~Assim, na nossa opinião, não faz sentido que o executivo PS insista em não praticar a taxa mínima, numa atitude que não corresponde, nem de perto nem de longe, às preocupações sociais que a maioria socialista se farta de invocar. Nós compreendemos as dúvidas e prudência com as hipotéticas implicações do Fundo Municipal. Mas, quando em dois mil e treze decidiram antecipar dois milhões de euros da receita do IMI de dois mil e catorze, para gastar por conta, em ano eleitoral, não houve lugar a ponderação nem a cautelas.~

~Por outro lado, se o acréscimo da receita do IMI vai para o Fundo Municipal para socorrer outros municípios em dificuldades financeiras,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

isto pode parecer uma atitude pouco egoísta, mais uma razão para cobrar a taxa mínima.-----

-----É por isso que votamos contra esta proposta e sugerimos ao Partido Socialista que conscientemente se recorde daquilo que prometeu no passado. Não chega prometer, para depois arranjar desculpas para não cumprir ou adiar as promessas.-----

-----Obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor deputado. Também lhe agradeço, de facto, o tempo que utilizou.-----

-----Senhor deputado Mário Figueiredo, faz favor, tem a palavra.-----

DEPUTADO DA CDU – Mário Figueiredo – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Quem decide sobre a fixação das taxas de IMI deve ter em consideração três aspectos: as características do imposto, a situação social e económica das famílias e a função dos impostos.-----

-----O IMI é o imposto que tributa o património sem ter em conta a situação social e económica do proprietário, isto é, o tributo de um desempregado prestes a perder o prédio é exatamente o mesmo que um grande proprietário que possui vários prédios, inclusive arrendados, tirando proveito económico. Não há progressividade no IMI.-----

-----A situação social e económica das famílias barcelenses é, em muitos casos, dramática. Os barcelenses enfrentam o desemprego, redução e perda do subsídio de desemprego, cortes salariais e reformas, salários em atraso, aumento dos impostos, agravamento do preço de bens essenciais (alimentares, habitação, electricidade, combustíveis, transportes, água, saúde, educação) e foram confrontados, nos últimos anos, com o aumento brutal do IMI fruto da avaliação patrimonial dos prédios que em vários casos triplicou ou quadruplicou. O executivo municipal, no texto da proposta, refere que a receita cobrada tem e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

continuará a ter um aumento significativo que será muito superior a vinte por cento. Quem suporta este aumento? As famílias barcelenses que em muitos casos vivem na situação acima referida.~

~Os impostos, neste caso o IMI, serve para dotar o município de recursos que lhe permita cumprir as suas tarefas e obrigações políticas, económicas, sociais e culturais, com o objectivo de redistribuir a riqueza e alcançar a justiça social. Para isso é necessário que a política prosseguida seja correta e orientada nesse sentido.~

~Posto isto, quem decide deve preocupar-se em alcançar maior justiça fiscal na aplicação das taxas de IMI e conseguir o equilíbrio entre a preocupação que Câmara deve ter com a situação socioeconómica dos barcelenses e o imperativo de obter receita num contexto de reduções sucessivas quer por via dos cortes do orçamento de Estado, quer por via do decréscimo de rendimentos das famílias e empresas.~

~Porém, quem decide, ou melhor, quem já decidiu em reunião de câmara, visto que a Assembleia ainda não se pronunciou, usa os impostos, neste caso o IMI, como um instrumento de cativar o eleitor para mais facilmente chegar ao poder. Chegado ao poder ou à oposição a política de impostos altera imediatamente, é assim com o PS, com o PSD, com o CDS e com o próprio vereador do MIB.~

~O PS da oposição proponha a “descida do IMI para o mínimo”. O PS do poder esquece-se e defende-se que a receita do IMI é necessária para fazer face às obrigações executivas, pena é que, nessas obrigações, a preocupação social fique esquecida, visto que o executivo anterior não aumentou os apoios sociais apesar da realidade o exigir e o actual executivo, que é praticamente o mesmo, parece seguir as mesmas pisadas.~

~A coligação “Somos Barcelos”, isto é, PSD/CDS, tem exactamente a mesma prática política, que difere consoante seja poder ou oposição.~



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----PSD/CDS têm o descaramento de, na declaração de voto em reunião de Câmara, declarar “achamos que a fiscalidade em Portugal está num patamar ao nível do absurdo”. Posso admitir que haja divergências sinceras de membros do PSD e CDS, não serão muitos, não admito, no entanto, que as organizações de Barcelos do PSD e do CDS, que a coligação “Somos Barcelos” se demitam das responsabilidades que têm no aumento brutal dos impostos e na situação social e económica das famílias barcelenses acima descrita.-----

-----Questiono-me se os vereadores e deputados da coligação “Somos Barcelos” têm confiança política no deputado da Assembleia da República Nuno Reis, eleito com os votos barcelenses, que vota “políticas fiscais”, e não só, “num patamar ao nível do absurdo”. Pelos vistos têm toda a confiança, visto que renovou a eleição como deputado municipal. Na coligação “Somos Barcelos” não bate a bota com a perdigota.-----

-----O vereador Manuel Marinho do PSD, isto é, no poder votou as taxas máximas do IMI sem atender às preocupações sociais e económicas que diz ter na sua declaração de voto. O vereador Manuel Marinho do MIB, isto é, na oposição exige as taxas mínimas do IMI. Há quem chame a esta mudança drástica de percentagem tributária independência, o Partido Comunista Português chama inconsistência política e demagogia.-

-----O Partido Comunista Português, atendendo à característica do imposto, à situação social e económica e à função dos impostos, entende que a Câmara Municipal de Barcelos deve fazer uso do estipulado nos números dois e três do artigo décimo sexto da Lei setenta e três/dois mil e treze e isentar de IMI as famílias em situação de dificuldade social e económica, alargando os critérios de isenção, devendo continuar a pagar quem mais pode o IMI devido.-----

-----Na convicção que a Câmara Municipal de Barcelos não proporá em Assembleia futura a proposta defendida pelo Partido Comunista



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

Português, e que a atual proposta penaliza as famílias com sérias dificuldades, entendemos que a taxa de IMI para prédios avaliados deveria ser fixada em zero vírgula três por cento.-----

-----Por isso, não podemos votar favoravelmente esta proposta e tal como o ano passado, e tal como em anos anteriores, ou seja, mantendo a consistência que todos os outros não têm, iremos votar contra.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor deputado, e também por ter prescindido de algum do seu tempo.-----

-----Tem a palavra agora o senhor deputado Firmino Silva.-----

DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Excelentíssima Mesa. O CDS irá votar contra esta proposta por entender que o executivo poderia e deveria neste período de aperto financeiro propor a fixação da taxa mínima de IMI, para os prédios urbanos avaliados segundo o código do IMI, ou seja, a taxa de zero vírgula trinta por cento.-----

-----O executivo municipal do PS apenas no ano de dois mil e nove, ano das eleições autárquicas, é que baixou a taxa do IMI de zero vírgula quarenta por cento para os atuais zero vírgula trinta por cento, dos prédios urbanos avaliados segundo o código do IMI.-----

-----Nos anos seguintes, de dois mil e dez a dois mil e treze, o executivo municipal não mais mexeu em qualquer taxa do IMI, mantendo-as.-----

-----Ora, a manutenção das taxas significará para os proprietários e os usufrutuários um aumento no valor a pagar em dois mil e catorze de IMI, pois que apesar de as taxas se manterem, o certo é que a base de incidência será superior, na medida em que o valor patrimonial tributável dos prédios urbanos é atualizado anualmente.-----

-----Isso implicará necessariamente um aumento de receita para o executivo municipal.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

~~~~~É curioso ler na fundamentação da proposta apresentada pelo executivo que o executivo municipal sempre defendeu e defende a redução do IMI para a taxa do seu limite mínimo de zero vírgula trinta por cento, para os prédios avaliados segundo o código do IMI, e que só não o faz devido à criação do Fundo Municipal pelo Governo, ou seja, o executivo municipal queria baixar a taxa mas não o vai fazer por culpa do Governo, na sua ótica, como é lógico.~~~~~

~~~~~Esta postura e argumentação de encontrar em terceiros a justificação de não o fazer, de aligeirar responsabilidades, não lhe fica bem, até porque outros municípios o fizeram.~~~~~

~~~~~Mais mais, não corresponde à verdade o que afirmam os vereadores do Partido Socialista na declaração de voto junto a esta proposta.~~~~~

~~~~~Dizem, no final dessa declaração, que “...seria uma irresponsabilidade a não aprovação da taxa do IMI de zero vírgula trinta e cinco por cento, uma das taxas mais baixas cobradas no país”.~~~~~

~~~~~Não é verdade!~~~~~

~~~~~Vou cingir-me às taxas já conhecidas para o ano de dois mil e treze, a cobrar, como é lógico, em dois mil e catorze, publicadas no portal das finanças, para os municípios do distrito de Braga:~~~~~

~~~~~Apenas Vizela apresenta a taxa de zero vírgula cinquenta por cento, superior, portanto, à taxa proposta aqui em Barcelos;~~~~~

~~~~~Braga e Cabeceiras de Basto apresentam uma taxa igual à fixada em Barcelos, zero vírgula trinta e cinco por cento;~~~~~

~~~~~Celorico de Basto, zero vírgula trezentos e trinta e cinco por cento;~~~~~

~~~~~Póvoa de Lanhoso, zero vírgula trinta e três por cento;~~~~~

~~~~~Fafe e Vila Verde, zero vírgula trinta por cento.~~~~~

~~~~~Por todas as razões aqui enumeradas, votaremos contra.~~~~~



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado, e também por ter prescindido de parte do seu tempo.~

~Tem a palavra agora o senhor deputado José Novais.~

DEPUTADO DO PSD – José Novais – Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Representantes da Comunicação Social, Senhoras e Senhores.~

~Para todos, saudações!~

~Saudações por um novo mandato autárquico que inicia nesta sessão.~

~Fazemos votos para que no início deste mandato autárquico a Assembleia Municipal tenha um desempenho capaz, à altura dos barcelenses, à altura da eleição de vinte e nove de setembro e dos desígnios que foram, portanto, nela depositados.~

~Da nossa parte tudo faremos para contribuir positivamente e de forma construtiva para um clima de diálogo salutar e de elevação no debate nesta Assembleia.~

~No referente a este ponto em debate, o PSD pretende dizer o seguinte:~

~Senhor presidente, senhores deputados.~

~A proposta do executivo PS em fixar as taxas de IMI nos valores de zero vírgula trinta e cinco por cento para os prédios avaliados e em zero vírgula sete por cento para os prédios não avaliados é claramente uma opção política.~

~Como se sabe, este imposto incide sobre o património localizado no concelho de Barcelos e é fixado em função de várias variáveis, independentemente dos rendimentos dos seus proprietários.~

~Neste contexto de crise económica que atravessamos, os rendimentos das pessoas, das famílias e das empresas têm vindo a baixar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

quer por via da menor atividade da economia, da redução de salários e por via dos impostos aplicados pelo poder central.-----

-----Por isso os proprietários têm menos dinheiro para cumprirem com as suas obrigações fiscais, nomeadamente o pagamento do IMI.-----

-----Para além de muitos proprietários se encontrarem desempregados, por vezes ambos os membros do casal, e filhos, nalguns casos sem auferirem de subsídio de desemprego ou outros rendimentos.--

-----Essa dificuldade sente-se transversalmente por toda a sociedade!-

-----E reflete-se também naqueles que não sendo proprietários pagam renda dos edifícios que utilizam.-----

-----Acontece, porém, que está na competência dos municípios, e neste caso do executivo municipal do Partido Socialista, a possibilidade de suavizar este encargo fiscal para apoiar os seus munícipes.-----

-----A política de apoio social aos seus munícipes é um imperativo que os municípios devem praticar permanentemente.-----

-----Como sabemos, o apoio social da Câmara Municipal, na forma de transferências para as famílias, tem vindo a baixar nos últimos anos, conforme se pode constatar nos documentos de prestação de contas que têm sido apresentados na Assembleia Municipal.-----

-----Mesmo num contexto de crise económica, o que dificulta ainda mais a vida das famílias que se veem confrontadas com a redução dos seus rendimentos.-----

-----Agora, senhor presidente e senhores deputados, também esta forma de apoio social indireto, a possibilidade de ajudar as famílias e as empresas mediante a redução das taxas do IMI, não tem merecido do executivo PS a generosidade que deveria merecer.-----

-----É um facto que o executivo do PSD praticava taxas ainda superiores às taxas ora propostas pelo executivo do Partido Socialista.-----

-----E o PSD de Barcelos critica o Governo sempre que tem que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

criticar quando estão em causa os interesses dos barcelenses, mas não ataca obviamente o presidente do PSD, como é óbvio, senhor deputado Nélson Brito.-----

-----Por isso não se pode confundir o primeiro-ministro com o presidente do PSD quando em funções e vice-versa.-----

-----Mas os tempos de crise económica que atravessamos são bastante mais difíceis e ao longo dos últimos quatro anos o IMI não tem vindo a baixar para as taxas mínimas.-----

-----Está bastante aquém das taxas mínimas que poderiam ser aplicadas, zero vírgula cinco por cento para urbanos e zero vírgula três por cento para urbanos avaliados.-----

-----Naturalmente que o município necessita de receitas para construir o seu orçamento de funcionamento e de investimentos.-----

-----Mas o executivo deveria tomar opções políticas no sentido de arrecadar outras receitas que não se refletissem na vida das pessoas e das famílias como é o caso do IMI.-----

-----E aplicar taxas inferiores às propostas, designadamente a taxa mínima de zero vírgula três por cento para os prédios avaliados.-----

-----Por estas razões, o PSD vota, tal como votaram os senhores vereadores do executivo municipal, contra estas taxas!-----

-----Obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor deputado, e também por ter prescindido de parte do seu tempo.-----

-----O senhor presidente da Câmara quer usar da palavra?-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito boa-noite. Senhor Presidente da Assembleia, Senhora e Senhor Secretários, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Caras e Caros Cidadãos.-----

-----A minha primeira palavra vai naturalmente dirigida ao senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

presidente e à senhora e senhor secretários, em meu nome pessoal e em nome do executivo, o maior desejo de êxitos nesta Assembleia, que não tenho dúvida que o senhor presidente corresponderá à expectativa que todos temos.-----

-----Da minha parte e dos vereadores do Partido Socialista com certeza que empenhadamente colaboraremos com Vossa Excelência e com a Mesa.-----

-----Depois também uma palavra a dirigir a todos os deputados que tiveram a gentileza e a amabilidade de desejar sorte ao executivo e se estavam à espera que ia fazer algum comentário do primeiro ponto da ordem de trabalhos ou do período de antes da ordem do dia, não vou fazer. O que eu disse está dito, assumo, fi-lo e mantenho em rigor, ponto por ponto, vírgula por vírgula, aquilo que disse na tomada de posse.-----

-----Entretanto, quero sobre este ponto da ordem de trabalhos, a discussão e votação da fixação da taxa do IMI, dizer-vos, ou melhor, não há assim muito a dizer, até porque quase tudo foi dito, e na pessoa do senhor deputado Néilson Brito tudo foi dito claramente das nossas opções, as razões que nos levam a não termos condições para não mexer no IMI, e os senhores deputado sabem, pelo menos os senhores deputados da oposição sabem, e está plasmado na posição de voto na reunião da Câmara, pelo Partido Socialista, das razões que nos levam a não haver condições para mexermos na descida do IMI.-----

-----Os senhores falam de uma forma como se fosse fácil alterar, mas quem está a gerir o município, e está demonstrado e não fomos nós que o dizemos, são entidades isentas, tem que criar equilíbrios no orçamento, tem que ter receitas porque há fenómenos internos na gestão do município que a oposição se esquece por completo. E eu vou reforçar aquilo que disse nalgumas Assembleias no passado, no mandato anterior, que a perda de receitas para o município de Barcelos foi de facto um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

pouco violenta, não só por força da perda de receitas das transferências do Estado para o município, mas acima de tudo também das receitas próprias que o município tinha, principalmente na área de projetos e da construção. E, portanto, temos que criar aqui equilíbrios. Porque se não o fizermos não conseguimos naturalmente ter um orçamento para dois mil e catorze muito equilibrado.-----

-----Mas é preciso também as senhoras e os senhores deputados da oposição, pelo menos os que pertencem à área da governação, de perceberem que são corresponsáveis através de um Governo que existe que nos cria limitações no princípio da Lei das Finanças Locais. E aquilo que estamos a fazer é apenas uma questão de serenidade, cautela e responsabilidade porque não podemos assumir uma descida do IMI no imediato uma vez que o município de Barcelos, vá-se lá saber porquê, vai ter que ser solidário com os municípios nacionais naquilo que são os seus prejuízos a nível nacional. Isso é uma responsabilidade da administração central, não é nunca uma responsabilidade da administração local, não querendo ou não deixando de se querer ser solidário com todos os colegas neste país que atravessam essa dificuldade, não me parece sério, responsável e justo que nós tenhamos que doar um recurso que é nosso e que o Governo decidiu ao abrigo da Lei das Finanças Locais introduzir num apoio de Fundo Municipal.-----

-----E, portanto, como digo, a responsabilidade leva-nos de facto a que de forma equilibrada sejamos forçados a não mexer no IMI, porque é uma receita muito importante para o equilíbrio e a estruturação financeira do município. Se não tivermos esta cautela, não tenho dúvidas que iremos pôr em questão o protocolo dos duzentos por cento para o ano dois mil e catorze. Portanto, tem que haver esta responsabilidade e esta serenidade e naturalmente o executivo, como também o declarou em sede própria na reunião do executivo, se vierem a ser criadas condições no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

sentido de o Governo não nos levar o remanescente do IMI, naturalmente estaremos disponíveis para rever esta situação, até porque nós, mais do que ninguém, sabemos, porque foi nossa política desde que cá entrámos em dois mil e dez, o quanto pesa nas famílias e nas empresas este tipo de impostos.-----

-----Portanto, aquilo que me resta está aqui é fazer um apelo veemente a todas as senhoras e senhores deputados no sentido de votarem favoravelmente esta proposta, porque ela é fundamental e estruturante para a execução do orçamento e para o equilíbrio financeiro do município.-----

-----Deixe-me dizer-lhe também, senhor deputado Firmino Silva, que o município não se está a justificar com terceiros; nós estamos a justificar com alguém que nos criou um problema, e não fomos nós que criámos este problema nem este tipo de obstáculos, foi o Governo a que Vossa Excelência dá apoio, e, portanto, nós temos apenas que reagir em função dos factos que temos.-----

-----Deixe-me também dizer-lhe que o senhor evidenciou aqui alguns municípios dizendo que não é verdade que somos dos mais baixos, eu não vi onde é que está a inverdade disso, e depois acaba por falar num dos municípios que talvez por isso é que tivesse que ter recorrido ao PAEL, que é o município de Vila Verde. O município de Barcelos não quer recorrer ao PAEL, faz um esforço para não o conseguir, e, portanto, é precisamente dentro desse equilíbrio que nós devemos e podemos, dentro das nossas possibilidades, naturalmente manter o equilíbrio.-----

-----Eu faço um apelo a esta Assembleia que vote favoravelmente esta proposta porque é muito importante para o futuro do município.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor presidente da Câmara.~

-----Vamos proceder então à votação do ponto número dois da ordem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

do dia: Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a fixação da taxa de zero vírgula sete por cento para os prédios urbanos e de zero vírgula trinta e cinco por cento para os prédios urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a cobrar em dois mil e catorze.~

~Quem vota contra faz favor de se levantar.~

~(Trinta e seis, sendo vinte e dois do PSD, sete do MIB, quatro do CDS-PP, um do BE, um da CDU, um do PPM)~

~Quem se abstém faz favor de se levantar.~

~(Quatro do PSD)~

~Quem vota a favor faz favor de se levantar.~

~(Setenta e cinco, sendo sessenta e um do PS, oito do PSD, dois do MIB, quatro Independentes)~

~A proposta foi aprovada por maioria com setenta e cinco votos a favor, quatro abstenções e trinta e seis votos contra.~

~Vamos passar de imediato ao terceiro ponto da ordem do dia.~

PRIMEIRO SECRETÁRIO – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para o lançamento da derrama de um vírgula dois por cento e isentar os sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapasse os cento e cinquenta mil euros, a cobrar no ano de dois mil e catorze.~

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Estão abertas as inscrições!~

~Tem a palavra o senhor deputado Nélson Brito.~

DEPUTADO DO PS – Nélson Brito – Senhor Presidente da Assembleia, demais Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.~

~O executivo municipal decidiu manter, para dois mil e catorze, a política de aplicação da derrama sobre o IRC que vigorou em dois mil e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

treze.-----

-----Nesses termos, a taxa de derrama a aplicar no próximo ano será, caso seja aqui hoje aprovada, de um vírgula dois por cento (vinte por cento abaixo da taxa máxima).-----

-----As pequenas empresas que faturam menos de cento e cinquenta mil euros por ano continuarão isentas.-----

-----Pelas razões que já hoje aqui foram expostas aquando da discussão do IMI, não foi possível reduzir as taxas de derrama.-----

-----Em todo o caso, a Câmara Municipal, no quadro da sua política de atração de novos investimentos para Barcelos, não deixará de saber usar a derrama como um fator de competitividade face a outros concelhos.-----

-----A ideia é continuar a conjugar o rigor orçamental com o desenvolvimento da nossa economia.-----

-----Porque é possível conjugar eficiência financeira com realização de investimento, como tem demonstrado o actual executivo municipal. Só que é preciso saber fazê-lo.-----

-----Mas o PSD parece continuar a não saber o que isto é, basta ver o que o Governo tem feito: reduziu drasticamente o investimento, mas não aumentou a eficiência financeira do Estado, muito pelo contrário!-----

-----De facto, é incompreensível como gente de primeira, de primeiríssima, categoria, tão mal tem gerido os destinos do nosso país, para desgraça de todos nós aqui em baixo.-----

-----Por isso, o grupo municipal do Partido Socialista votará a favor desta proposta.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor deputado. Tem a palavra agora o senhor deputado Jaime Dantas.-----

DEPUTADO DO MIB – Jaime Dantas – Excelentíssimo Senhor Presidente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

da Assembleia Municipal, Senhores Secretários da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Jornalistas, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----Relativamente a este ponto, o grupo municipal do MIB concorda com o princípio subjacente à medida, isto é, nos tempos difíceis em que vivemos os que mais podem devem ser chamados a contribuir um pouco mais.-----

-----A fixação da taxa normal em um ponto dois por cento e a isenção da taxa reduzida parecem-nos propostas bastante razoáveis e aceitáveis, pelo que votaremos favoravelmente.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra agora o senhor deputado Mário Figueiredo.-----

DEPUTADO DA CDU – Mário Figueiredo – Muito obrigado, senhor presidente. Permita-me uma pequena nota: eu não recebi a declaração de voto sobre esta proposta feita pelos vereadores do “Somos Barcelos”, em reunião de Câmara, gostaria, caso fosse possível, que me fizesse chegar essa declaração de voto porque gostaria de ter conhecimento.-----

-----Posto isto, o Partido Comunista Português considera a proposta para o lançamento da derrama equilibrada, pois isenta as empresas mais pequenas e tributa, sem ser pela taxa máxima, as restantes empresas, isto é, contribui quem pode e deve contribuir. É este o princípio e equilíbrio que o Partido Comunista Português defendeu ainda há pouco para o IMI.-----

-----Recordo que o lançamento da taxa de derrama, tal como está em vigor e como é proposto, foi e é um combate político ganho pelo Partido Comunista travado nesta Assembleia Municipal de Barcelos.-----

-----O Partido Comunista Português firme nas suas convicções, consistente na sua política e consciente que é obrigação das empresas, tal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

como o cidadão, contribuir para as receitas municipais demonstrou ao PS, ao executivo municipal que a isenção total da derrama era uma injustiça fiscal e social e obrigou com a justiça da nossa proposta o executivo a recuar na sua decisão.-----

-----Não quero deixar de apontar, antes de terminar, mais uma mudança política dos vereadores da coligação “Somos Barcelos” que no passado votaram contra esta mesma proposta alicerçados numa realidade que não sofreu qualquer alteração no último ano, chegando mesmo o vereador António Ribeiro, na altura deputado, a afirmar ser uma cedência do executivo ao Partido Comunista que via mal em tudo que era empresários, e hoje vota tal como o Partido Comunista votou na altura, ou seja, temos aqui um representante do CDS na vereação também a fazer as cedências ao Partido Comunista. Bem haja, senhor vereador.-----

-----Duas considerações sobre esta matéria de impostos, não sobre a derrama, mas os impostos que temos discutido.-----

-----Não é a necessidade de equilíbrio orçamental nem o reconhecimento da importância da captação de recursos necessários para o cumprimento das obrigações executivas que divide o Partido Comunista deste executivo.-----

-----O que divide são as opções políticas em que o Partido Comunista entende que deve ir de encontro à realidade social e económica vivida pelas famílias barcelenses. E não é isso que acontece no caso do IMI, visto que há uma postura de sobe e desce e não de olhar este imposto tal como ele é e como é que se pode isentar quem tem de facto dificuldades em pagar este imposto.-----

-----Segunda e última consideração. Não quero deixar de salientar que o PSD e o CDS aqui estão a defender sistematicamente a descida de impostos, lá aumentam os impostos. Aqui dizem que esse argumento é para atender à dificuldade vivida pelas famílias e pelas empresas, mas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

pode estar preocupado e pode ser sincera esta preocupação com as famílias barcelenses quem corta nos salários, quem corta nas reformas, quem faz o aumento brutal dos impostos ao patamar do absurdo.-----

-----Esta sinceridade eu não lhe reconheço ao PSD/CDS, este desmascarar constante o Partido Comunista irá ter sempre nos seus horizontes.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Se eu compreendi bem, só foi uma folha relativamente a este ponto que houve o lapso e que ainda mesmo assim será remetido e também terá acesso pelo repositório.-----

-----Irei passar a palavra agora ao senhor deputado António Lima.---

DEPUTADO DO PSD – António Lima – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Caros Colegas da Assembleia Municipal, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----A bancada do PSD nesta Assembleia Municipal entende que a atratividade fiscal, através de taxas reduzidas ou mesmo de isenções fiscais, constitui um fator fundamental para promover a captação de investimento, o crescimento económico e, bem assim, a promoção do emprego.-----

-----Contudo a atratividade fiscal deverá necessariamente ser acompanhada de um quadro de estabilidade fiscal. De que servirá ao empresário saber que irá investir num determinado território onde no momento não paga, ou paga uma taxa reduzida de imposto, se não acredita que no longo prazo, quando os seus *inflows* financeiros se vierem a verificar, que este mesmo quadro não se manterá.-----

-----O Partido Social Democrata verifica que desde o ano de dois mil e onze que o executivo socialista tem optado por tributar os sujeitos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

passivos de IRC, com uma derrama à taxa normal de um vírgula dois por cento do lucro tributável e isentado os pequenos empresários cujos volume de negócios no ano anterior não tenha ultrapassado os cento e cinquenta mil euros.-----

-----Reconhecemos o esforço que é feito no sentido de não penalizar os pequenos empresários, sobretudo neste momento de maior dificuldade económica. Entendemos também que tributar os rendimento acima de cento e cinquenta mil euros pela taxa máxima seria prejudicial para as empresas de maior dimensão.-----

-----Esta opção colocaria ainda o concelho de Barcelos numa posição desfavorável do ponto de vista da atratividade fiscal, face a concelhos vizinho como Braga e Famalicão que, no momento, apresentam soluções tributárias similares, mas que apontam para o próximo ano com reduções. Lembro ainda que o concelho vizinho de Esposende há anos que não aplica qualquer derrama e como tal apresenta um índice de atratividade mais favorável que o nosso.-----

-----Assim sendo, entendemos que manter a taxa de um vírgula dois por cento é uma medida positiva porquanto ajuda na consolidação das receitas próprias do município e ao mesmo tempo mantém o quadro fiscal dando assim maior confiança aos empresários.-----

-----Não deixamos ainda de fundamentar o nosso voto favorável com a ação que o Governo de coligação PSD/CDS está a executar, nomeadamente na profunda alteração legislativa ao nível da tributação dos rendimentos das pessoas coletivas.-----

-----O atual código do IRC data de mil, novecentos e oitenta e oito e naturalmente que não se compagina com os atuais momentos económicos. Este é, como sabemos, um código que está obsoleto e que anteriores Governos, nomeadamente o Partido Socialista, não quiseram ou não souberam alterar.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

~~~~~Efetivamente, este Governo tem implementado diversas reformas no sentido de reforçar a competitividade e a internacionalização das empresas portuguesas.~~~~~

~~~~~A reforma do IRC é mais uma delas porquanto trará impactos muito significativos na promoção do crescimento económico sustentável, baseado no investimento privado, na captação de investimento estrangeiro e na internacionalização das nossas empresas.~~~~~

~~~~~O investimento é o elemento decisivo para a recuperação económica do país. Em Portugal, o investimento tem vindo a decrescer. Neste momento é, pois, vital estimular o investimento de forma a inverter este ciclo negativo e iniciar uma nova fase de crescimento económico e criação de emprego.~~~~~

~~~~~Com este propósito, a reforma do IRC visa corrigir um conjunto de problemas crónicos que penalizam a nossa competitividade fiscal.~~~~~

~~~~~Desde logo, o elevado nível das taxas aplicáveis. Atualmente, a taxa de IRC é de vinte e cinco por cento. A esta acrescem as derramas municipais, cuja taxa máxima pode ir até um vírgula cinco por cento do lucro tributável e a derrama estadual que pode atingir os cinco por cento dos lucros tributáveis. Daqui se depreende que as grandes empresas poderão pagar imposto que no limite pode chegar aos trinta e um vírgula cinco por cento dos seus rendimentos.~~~~~

~~~~~No âmbito da reforma do IRC o Governo propõe uma redução gradual da taxa de IRC para vinte e três por cento já em dois mil e catorze, com o objetivo...~~~~~

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor deputado, desculpe a interrupção, está-se a desviar um pouco do objectivo deste ponto. Compreendo a ligação, que é no âmbito do IRC, mas...~~~~~

DEPUTADO DO PSD – António Lima – Eu já termino. No âmbito da reforma do IRC o Governo propõe uma redução gradual da taxa de IRC



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

para vinte e três por cento já em dois mil e catorze, com o objetivo final de a fixar entre dezassete e dezanove por cento em dois mil e dezasseis.-----

-----Simultaneamente, e prosseguindo o mesmo objetivo de competitividade fiscal, é dito que a derrama estadual será eliminada até dois mil e dezoito e que a derrama municipal será para ser eliminada, não se definindo no momento a data em que tal venha a acontecer.-----

-----Acreditamos contudo que, fazendo fé nos comentários do responsável pela reforma do IRC, a derrama municipal será eliminada a curto prazo.-----

-----As razões invocadas para tal, e para além da problemática da competitividade e atratividade fiscal, assentam na necessidade de promover a simplificação administrativa, a redução das obrigações declarativas e procedimentos administrativos e a equidade na repartição das receitas dos municípios.-----

-----Efetivamente, os maiores contribuintes em termos de derrama são as grandes empresas que têm múltiplos estabelecimentos por todo o país. A repartição desta receita pelos municípios, tendo como base a massa salarial de cada estabelecimento, acarreta desigualdades. Neste sentido, os grandes municípios e aqueles onde o poder de compra é maior são beneficiados em detrimento dos pequenos municípios. Importa assim combater esta desigualdade.-----

-----Postos estes considerandos, e atendendo ao facto de que no imediato as taxas de derrama municipal se vão manter, num panorama de equilíbrio relativamente a concelhos vizinhos com a mesma dimensão que o nosso, e de que a prazo esta taxa virá a ser eliminada por ação do nosso Governo, a bancada do PSD entende aprovar a proposta do executivo.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado Mário Costa.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

DEPUTADO DO BE – Mário Costa – Muito obrigado. Fomos sempre a favor da cobrança da derrama.-----

-----Sabemos que a carga fiscal é muito pesada e que a coberto disso os partidos de direita defendem o alívio de impostos sobre as empresas esquecendo-se das pessoas singulares, dos trabalhadores.-----

-----O alívio da carga fiscal sobre as pessoas e de muitas outras taxas que infernizam os mais pobres e tolhem o desenvolvimento da economia seria o passo mais importante para sair da crise.-----

-----Sabemos que há negócios e negócios e que os mais pequenos devem ser protegidos. Mas não é por isso que se devem isentar as grandes empresas que têm grandes lucros.-----

-----Por isso somos a favor da cobrança de derrama com a isenção prevista das empresas que facturem menos de cento e cinquenta mil euros, embora também não nos possamos esquecer da evasão fiscal que muitas empresas praticam. E que há pequenos negócios que têm grandes lucros e empresas maiores com lucros menores.-----

-----Os bancos e as grandes empresas com sede noutros concelhos, mas com atividade no nosso concelho, devem pagar a derrama proporcionalmente ao volume de negócios que efetuam aqui, como o Bloco de Esquerda já propôs na Assembleia da República, e não com base no número de trabalhadores que cá têm a trabalhar.-----

-----Apenas um pequeno aparte, já que o senhor deputado do PSD abordou a questão da reforma do IRC. Eu só queria lembrar as palavras do nosso coordenador que ao pôr António Lobo Xavier do CDS e um dos dirigentes do Grupo Sonae a fazer a reforma do IRC é como pôr a raposa a guardar o galinheiro.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado Mário Costa. Senhor deputado José Manuel Cardoso, tem a palavra.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

DEPUTADO DO CDS-PP – José Manuel Cardoso – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Digníssimos Secretários, Excelentíssimo Executivo Municipal, Senhores Vereadores, Excelentíssimos Membros desta Assembleia, Digníssimo Público.~

~As minhas primeiras palavras são para desejar a todos vós eleitos, quer a presidência da Assembleia, executivo, vereadores da oposição, membros desta Assembleia, votos de um mandato profícuo. Aqueles que vêm pela primeira vez dar as boas-vindas, aqueles que regressam também, e estou convicto que todos aqui estamos com um intuito: que é o bem-estar dos barcelenses e o desenvolvimento da nossa terra.~

~Posto isto, relativamente a este ponto da derrama, todos sabemos que a derrama incide sobre o lucro tributável das empresas. Elas por si já são tributadas pelo IRC e ainda têm mais a derrama.~

~Por vezes fazem-se discursos contra as empresas, nós não nos podemos esquecer que são as empresas que dão postos de trabalho, são as empresas que criam riqueza, são muitas dessas empresas que contribuem para o aumento das exportações do nosso país que felizmente nos últimos dois anos, três anos, tem vindo a subir, não se destaca isso. Por vezes alguns membros do PS vêm aqui a este púlpito enaltecer só as medidas negativas que este executivo nacional, o Governo, tem tomado.~

~Há indicadores que aqui ainda não foram ditos mas que importa realçar:~

~É a questão do aumento das exportações;~

~Começamos já assistir a uma ligeira diminuição do desemprego;~

~Temos sinais que estamos a sair da recessão.~

~E isto é de facto também de salientar, que querendo o PS vir aqui branquear as suas responsabilidades no passado, mas não importa dar ênfase ao que aconteceu no passado porque todos nós sabemos o que foi feito no passado...~



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor deputado, está-se a desviar um bocadinho...-----

DEPUTADO DO CDS-PP – José Manuel Cardoso – É só um preâmbulo à questão da derrama. E, portanto, enaltecer aquilo que contribui para a angariação da derrama, que são os lucros das empresas.-----

-----Posto isto, o CDS concorda com esta tomada e vai votar favoravelmente.-----

-----Mas, contudo, também queria chamar aqui a atenção ao nosso executivo que vai agora no seu segundo mandato, que constituiu-se no anterior mandato a Agência Municipal de Investimento. Gostaríamos se fosse possível durante o exercício do vosso mandato que nos pudessem fazer chegar aqui a esta Assembleia os trabalhos já desenvolvidos na realização desse investimento cá por Barcelos.-----

-----Todos sabemos de facto que estamos em tempos muito difíceis, sabemos que algumas empresas fecharam, que há edifícios devolutos, mas também sabemos que Barcelos tem condições geográficas muito favoráveis, tem uma mão-de-obra especializada em determinadas áreas, e que aí o executivo certamente terá muito a promover por Barcelos e gostaríamos de ver medidas que captassem mais investimento para as empresas terem mais lucros certamente e assim também aumentar a contribuição para a derrama.-----

-----Também, e a política também tem que ser vista *à lá long*, para quando a revisão do PDM, em que contemple também terrenos para a edificação de edifícios industriais e aí também contribuimos para o aumento de riqueza no nosso concelho.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor deputado. Senhor presidente da Câmara, quer usar da palavra?-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Não quero, senhor presidente. Muito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Vamos então proceder à votação do ponto três!-----

-----Quem vota contra faz favor de se levantar.-----

----- (Ninguém)-----

-----Quem se abstém faz favor de se levantar.-----

----- (Ninguém)-----

-----Aprovado por unanimidade.-----

-----Vamos então passar de imediato ao quarto ponto da ordem do dia.-----

SEGUNDO SECRETÁRIO – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo à Caixa de Crédito Agrícola.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Aceitam-se inscrições!-----

-----Tem a palavra o senhor deputado Mário Figueiredo.-----

DEPUTADO DA CDU – Mário Figueiredo – Muito obrigado, senhor presidente. A destruição de património municipal e privado causando avultados prejuízos, fruto das intempéries, foi desde a primeira hora uma preocupação do Partido Comunista Português, que se materializou na pergunta ao Governo a trinta de outubro, sobre a disponibilidade de conceder ajuda financeira ao município de Barcelos para suprir os graves prejuízos.-----

-----Neste sentido votaremos favoravelmente a proposta, sem, no entanto, deixar de colocar as seguintes questões:-----

-----Qual o valor global dos prejuízos causados?-----

-----Qual o prazo previsto pela Câmara Municipal para concluir a reparação e/ou reconstrução do património municipal destruído?-----

-----Foi identificado casos graves de prejuízos privados que ponha em causa a normal rotina das famílias que tiveram possivelmente prejuízos?-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Está a Câmara Municipal disponível para apoiar essas famílias?--

-----Eram estas as questões que tinha a colocar à Câmara Municipal de Barcelos sobre este assunto.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado Mário Figueiredo. Tem a palavra a senhora deputada Teresa Campos.-----

DEPUTADA DO MIB – Teresa Campos – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Senhores Secretários da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Jornalistas, Minhas Senhoras e Meus Senhores, muito boa-noite.-----

-----Em relação a este ponto a posição do grupo municipal do MIB é favorável à contratação do empréstimo cuja verba se destina a reparação de estragos causados pelo mau tempo.-----

-----Por se tratar de uma situação decorrente de um fenómeno natural, uma intempérie, e que por isso não pode ser naturalmente imputada qualquer responsabilidade ou culpa a ninguém, entendemos votar a favor desta proposta no sentido de viabilizar recursos que servirão para a recuperação e/ou reconstrução do património municipal destruído.-----

-----Muito obrigada.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora deputada Teresa Campos. Tem a palavra agora o senhor deputado Mário Costa.-----

DEPUTADO DO BE – Mário Costa – Boa-noite. A facilidade com que o município se endivida para reagir aos efeitos das intempéries deveria ter contrapartida na capacidade para agir evitando que as intempéries causem estragos.-----

-----Todos sabemos que mesmo utilizando todo o conhecimento atual



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

da gestão e ordenamento do território e da prevenção de riscos, nunca conseguiremos garantir total imunidade contra os caprichos da natureza, há contudo regras básicas que, não sendo cumpridas, nos colocam em situação muito vulnerável.~

~Relativamente às águas pluviais, muito há a fazer no nosso concelho. Desde logo no PDM, que considera, em muitos casos, como zona de construção áreas que são atravessadas por linhas de água (perguntamos nós, por onde anda o novo PDM?). Depois temos o licenciamento de obras, com conseqüente impermeabilização dos solos, fazendo com que a quantidade de água à superfície, a abrir caminho, aumente de forma exponencial. E esta água, ou se prevê espaço suficiente para ela circular, ou derruba tudo à sua passagem. Por fim temos a fiscalização camarária para que as obras cumpram os requisitos com que foram aprovadas. A tendência é para poupar dinheiro, deixando esta parte da obra por fazer, e os serviços camarários fecham os olhos.~

~Um caso sintomático e atual passa-se na zona industrial de São Veríssimo. As águas pluviais daquela enorme área alcatroada descem pelas estradas abaixo, inundando casas, colocando os habitantes em alvoroço sempre que chove um pouco mais e causando enormes prejuízos.~

~Os casos mais graves passam-se na rua nascente da zona industrial para onde a fábrica Barcelense lança as águas dos seus telhados e na rua Joaquim Castro Gomes.~

~Nesta última rua, no canto sudoeste daquela zona industrial, as águas de parte da zona de telhados e arruamentos vão desaguar num único ponto através de uma conduta de águas pluviais com cerca de cinquenta centímetros de diâmetro, sendo lançadas numa nesga de terreno camarário com cerca de onze metros de largura. No projeto, aquela água deveria continuar entubada e sair além das casas. Mas os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

serviços camarários autorizaram a que a conduta terminasse ali.-----

-----Ao longo dos tempos os moradores foram alertando as autoridades para esse risco. E a Câmara de Barcelos não agiu. No dia vinte e dois foi a destruição total. A meio da noite sentiu-se um enorme estrondo, um muro de betão, a proteger um quintal, foi derrubado, tal era a quantidade de água despejada por aquela conduta, e aquelas toneladas de água levaram tudo à sua frente, partindo portas, destruindo construções, invadindo uma casa com lamas e detritos, causando um prejuízo nessa propriedade avaliado em cerca de cinquenta mil euros.-----

-----Ora esta água vem de uma obra de grande envergadura, uma zona industrial, devidamente licenciada pela Câmara, que autorizou que a execução do projeto ficasse incompleta, e que apesar dos diversos apelos a alertar para essa situação, nada fez.-----

-----O mal vem muito de trás e continua a fazer caminho.-----

-----Tal como já disse noutra reunião, as violações ao PDM, mesmo com a caução desta Assembleia, continuam e ainda hoje vamos discutir e votar algumas delas, um projeto dos quais é a legalização de uma empresa que se encontra localizada, em Martim, a menos de dez metros do espaço de protecção de uma linha de água.-----

-----Antigos, complicados e notórios são os problemas causados pelos licenciamentos nas urbanizações das Calçadas e da Formiga, em Arcozelo, onde quando chove com maior ou menor intensidade as garagens e as ruas são alagadas porque não foram tidas em linha de conta as nascentes e linhas de água existentes no local.-----

-----Enfim, esta é uma batalha que nunca ganharemos contra a natureza e que nos provocará muitos prejuízos e perdas de vida.-----

-----Por isso se torna incompreensível que a revisão do PDM não esteja ainda concluída, passados cerca de oito anos desde que foi iniciada. É uma grave lacuna que permite constantes atentados à RAN e à REN e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

indiciam falta de visão, irresponsabilidade e comprometimento.~

~Que se reaja e não se aja por antecipação.~

~Muito obrigado.~

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado Joaquim Barbosa.~

DEPUTADO DO PS – Joaquim Barbosa – Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados.~

~O Partido Socialista não tencionava fazer nenhuma intervenção a respeito desta matéria já que a última coisa que esperávamos é que a contratação de um empréstimo para fazer face à intempérie que assolou sobretudo a zona norte do concelho de Barcelos fosse politizada nesta Assembleia.~

~Felizmente que ficou reduzida à intervenção do elemento do Bloco de Esquerda, o senhor deputado Mário Costa, que já nos habituou dentro do seu estilo habitual aproveitar tudo aquilo que seja aproveitável para tecer críticas sem provimento ao executivo municipal, mais uma vez aproveitou esta matéria para o fazer.~

~E por isso, senhor deputado Mário Costa, aproveitou para meter a martelo um conjunto de críticas que verdadeiramente não se percebe. Disse no início que a intempérie causa estragos. Pois causa e por ser intempérie e imprevista é que não é possível fazer face.~

~Mas podia também tecer elogios a este executivo municipal. Porque foi precisamente devido à boa gestão deste executivo municipal que tem capacidade, durante o corrente ano, para contrair um empréstimo desta dimensão: dois milhões, duzentos e quarenta e três mil euros. É através deste boa gestão camarária, que podia ter sublinhado, mas não sublinhou, que tem capacidade para fazer face a esta calamidade e capacidade para ajudar os barcelenses afetados através da destruição de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

vias, destruição de pontes, e que vão ter assim uma oportunidade a muito curto prazo de ver reposta, dentro das possibilidades, a situação anterior à calamidade que se verificou.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Senhor presidente da Câmara, pretende ter o uso da palavra?-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente. Apenas alguns pequenos esclarecimentos e começando até pelo senhor deputado Mário Costa, já não me surpreende muito porque o senhor deputado durante o mandato foi de facto extraordinário nas surpresas que evidenciou. Mas quero reforçar aqui uma coisa: o senhor até chega ao extraordinário de culpar o executivo por aquilo que aconteceu. Nós temos culpas eventualmente em muitas coisas, mas dessa, com certeza, não temos. Aliás, o senhor acaba por reconhecer que lutar contra a natureza é muito difícil.-----

-----Depois argumenta aqui com uma série de situações que até já estão identificadas, mas que implicam eventualmente investimentos elevadíssimos, mas são erros que foram de facto permitidos ao longo dos anos. E portanto nós, como temos a situação, temos que tentar ultrapassá-la e tentar resolvê-la à medida que ela surge.-----

-----Deixe-me também dizer-lhe que embora o senhor deputado tenha sido um deputado que ao longo do mandato anterior criticou sempre o executivo, até chegou a dizer que não via onde estava o abatimento da dívida do município, até via o fantasma de que nós tínhamos mais endividamento, quero-lhe dizer que de facto contrair este empréstimo só é mesmo possível pelo rigor que nós tivemos nas contas. E, portanto, no rateio a que o município tem direito nós temos capacidade de endividamento. E acredite que não é para qualquer município. E só é possível contrair este empréstimo precisamente resultado dessa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

capacidade de endividamento.~

~Em relação à intervenção do senhor deputado Mário Figueiredo, posso-lhe dizer que não estão apurados ainda os valores globais do que aconteceu, estamos numa fase final do relatório, hoje mesmo o senhor vereador Carlos Brito, do pelouro, me entregou os relatórios, não estão ainda quantificados, mas vamos fazê-lo, o cálculo que temos é que este empréstimo não chegará para suportar o que aconteceu, e, portanto, temos que em rigor ver como é que vamos ultrapassar as necessidades, mas calculámos que andarà na ordem dos dois milhões e meio de euros.--

~Também em relação à questão que levantou, que de facto é uma questão pertinente, nós pusemos a possibilidade de usar uns procedimentos legais, que era: o estado de alerta, o estado de contingência e o estado de calamidade. O problema é que isto na prática não tem efeito objetivamente nenhum. Eu diria até que se viéssemos a acionar algum destes pressupostos que a lei permite poderíamos eventualmente ser penalizados porque a intervenção passaria para terceiras entidades, portanto, fora do município, mas o município é que teria a responsabilidade da liquidação das intervenções. Isto envolve a Autoridade Nacional da Proteção Civil, envolve a CCDR. Portanto, há municípios que o fizeram e por isso às vezes aparece na imprensa alguns municípios que vão usar aquilo que são as prerrogativas de lei, inclusive o próprio Vila Verde também o vai fazer, mas vai-o fazer porque não tem os mesmos pressupostos que nós temos, não tem a mesma capacidade de endividamento, e, portanto, para se libertar da Lei dos Compromissos terá que usar um destes expedientes no sentido de poder naturalmente resolver as situações. Portanto, nós não temos essa situação e vamos agir naturalmente de acordo com aquilo que nos é possível.~

~Os prejuízos de privados é um problema complicado. Nós sabemos que há muitos prejuízos que também nos foram reportados, mas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

a Câmara infelizmente não tem condições para socorrer estas pessoas. É evidente que o município e o executivo em especial estarão disponíveis para dentro daquilo que são as possibilidades do município, junto das entidades bancárias e de outras entidades, no sentido de ajudar de facto algumas famílias que tiveram problemas de prejuízos privados graves. Mas, como imagina, se nós enveredássemos pela ajuda a privados sejam eles quais forem era um precedente que não poderíamos dar continuidade porque naturalmente teríamos que socorrer outras situações no âmbito privado.-----

-----Aquilo que eu tenho falado com os senhores presidentes de Junta, e fiz até uma reunião e lhes falei nesse sentido, é que vamos identificar, se surgir algum meio e que venha a ser disponibilizado naturalmente que o município estará disponível para ajudar essas famílias porque compreendemos, infelizmente estamos impotentes para agir.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Vamos passar então de imediato à votação do ponto quatro!-----

-----Quem vota contra faz favor de se levantar.-----

----- (Ninguém) -----

-----Quem se abstém faz favor de se levantar.-----

----- (Ninguém) -----

-----Aprovado por unanimidade.-----

-----Vamos então agora passar ao ponto número cinco da ordem do dia.-----

PRIMEIRO SECRETÁRIO – Discussão e votação da Segunda Revisão às Opções do Plano e Orçamento Municipal do ano de dois mil e treze.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Estão abertas as inscrições!-----

-----Tem a palavra o senhor deputado Mário Costa.-----

DEPUTADO DO BE – **Mário Costa** – Muito obrigado. Em nossa opinião,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

este ponto entra em contradição com o ponto seguinte. Pede-se aqui para inscrever nas contas deste ano verbas para obras de requalificação da zona envolvente dos Paços do Concelho e da Igreja Matriz, que só vão ser votadas no ponto seguinte.~

~Por outro lado, a Câmara pede um provimento de verbas para obras para as quais ainda não apresentou, nem é conhecido publicamente qualquer projecto.~

~Que obras são essas? Duvidamos muito da oportunidade, do interesse imediato dessas obras, mas esperamos para ver o que a Câmara poderá adiantar no ponto seguinte quanto a estas obras.~

~Também argumenta com o pedido de empréstimo anterior para acorrer aos prejuízos causados pela intempérie.~

~Tudo disto de facto faz lembrar a famosa capacidade de endividamento da Câmara Municipal que o PSD tanto alardeava antes e que os seus sucessores do Partido Socialista tão laboriosamente andaram a pagar durante o seu mandato, à custa de total ausência de obras, de apagão de luzes públicas, de uma política de andar a contar os tostões, até aos funcionários do próprio município.~

~Então o Partido Socialista não andava a abater ao passivo e não continua a prometer em entrevistas públicas do seu vice-presidente que continuará a fazê-lo? E ao mesmo tempo contrai empréstimos e pede a esta Assembleia que lhe caucione esta política?~

~Porque é a que Câmara não recorreu à declaração de calamidade pública para poder contar com verbas do Governo para esta despesa?~

~A Câmara não tem meios financeiros próprios, folga financeira, para fazer face a estas despesas? Qual é a saúde financeira do município? Onde está a sua propagandada eficiência financeira?~

~A verdade é que a Câmara é uma dependente das transferências financeiras do orçamento de Estado. É um dos dois únicos grandes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

municípios do país cujas receitas próprias se encontram abaixo dos cinquenta por cento. Não possui independência financeira. E agora com uma descida das transferências do Estado começam a faltar-lhe os meios...-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor deputado, desculpe, mas está-se a desviar um pouco, mas principalmente parece que não esteve atento ao relatório do auditor externo que eu li no início antes da ordem do dia.----

DEPUTADO DO BE – Mário Costa – Mas eu tenho direito à minha opinião.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Portanto, discorda da opinião do auditor externo da Câmara?-----

DEPUTADO DO BE – Mário Costa – Exatamente. E então só para terminar, agora com uma descida das transferências do Estado começam a faltar-lhe os meios para fazer face ao seu orçamento, para qualquer obra que tenha de fazer.-----

-----Ainda a propósito deste ponto, queria só recordar que enquanto o senhor vice-presidente da Câmara de Barcelos dá entrevistas a jornais dizendo que o orçamento participativo que o Bloco de Esquerda sempre defendeu é uma falta de tempo, é enganar as pessoas porque depois não há dinheiro para isso, Ricardo Rio, recém-eleito presidente da Câmara de Braga, eleito pelo PSD, convidou Inês Barbosa, cabeça de lista do CEM, um movimento apoiado por nós, entre outros, para coordenar o *dossier* do orçamento participativo que a Câmara de Braga vai implementar.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor deputado. Senhor presidente, quer usar da palavra?-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente. Eu vou delegar no senhor vereador Domingos Pereira, mas reservo-me o direito de complementar a declaração do senhor vereador.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Muito obrigado.-----

VICE-PRESIDENTE – Domingos Pereira – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Colegas Vereadores, Senhores Deputados.-----

-----Permitam-me dizer uma coisa: uma revisão orçamental tem que ocorrer obrigatoriamente na Assembleia Municipal, a Câmara Municipal é responsável pelas alterações sucessivas desde que haja fluxos de verbas de uma rubrica para a outra, quando implica novas dotações tem que ser por via da revisão orçamental.-----

-----A primeira ocorreu aquando da inclusão do saldo da conta de gerência do ano anterior no exercício económico deste ano e a segunda ocorre porque tem que ser dotado com estes dois milhões e trezentos mil.-----

-----E depois aproveitou para incluir também um projeto que não estava no plano plurianual de investimentos do orçamento em curso porque surgiu um aviso da ON dois de quadros comunitários para eventualmente qualquer município que tivesse projetos e se quisesse candidatar há uma verba disponível de cerca de vinte milhões de euros e a requalificação da zona envolvente à Igreja Matriz e ao Largo do Município enquadra-se perfeitamente nesse projeto.-----

-----E seria uma irresponsabilidade a Câmara Municipal não aproveitar mais uma candidatura de cerca de dois milhões e trezentos mil euros, porque falou-se muito aqui na Assembleia Municipal, e bem, é preciso atrair investimento para Barcelos, é preciso dinamizar a economia local, é preciso dar trabalho às empresas também que operam nesta área e também criar emprego.-----

-----E se me permitem, com toda a humildade que me caracteriza, e assim deve ser, eu nunca vi tanta barbaridade dita da boca do senhor deputado Mário Costa. Não é só de agora. Porque aparece aqui com uma arrogância de coisas tão lamentáveis, tantas inverdades que repetidas

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS***(Gabinete do Presidente)*

vezes sem conta por vezes se transformam em verdades. Eu aconselhava-o, toda a informação que quiser do município, quer por escrito quer pessoal, aquilo que muito bem entender perguntar, estou disponível para lhe dar a informação toda. Eu também aprendi muito aqui ao longo do tempo nesta Assembleia e por onde passei e não custa nada reconhecer quando não estamos preparados para afirmar determinadas coisas mais vale estarmos calados do que fazer barbaridades.~~~~~

~~~~~Portanto, aquilo que acabou de dizer são autênticas barbaridades, como aquelas que uma vez disse aqui, que as empresas municipais uma devia vinte e cinco milhões de euros e que a Câmara Municipal deve mais agora do que devia. Isso não é verdade, o senhor sabe perfeitamente que não é verdade, já tive o cuidado de lhe dizer isso particularmente, e devia por uma questão de transmitir a esta Assembleia alguma capacidade de discussão mas com rigor e com verdade, porque isto não nos leva a situação nenhuma.~~~~~

~~~~~Portanto, aquilo que o senhor acaba de dizer devia ter a hombridade e a humildade, reclamam uma coisa por um lado e depois dizem coisas que não se enquadram absolutamente em nada daquilo que estamos a discutir.~~~~~

~~~~~Portanto, as revisões são uma prerrogativa da lei, tem que ser cumprida, e a inclusão deste projeto não estava previsto, mas também seria uma irresponsabilidade o município não impulsionar a economia de que o concelho muito merece.~~~~~

~~~~~Obrigado.~~~~~

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor vice-presidente. O senhor deputado Mário Costa pediu o exercício do direito de resposta, antes disso o senhor presidente da Câmara pretende usar da palavra.~~~~~

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado. Complementando a declaração do senhor vereador e assim o senhor deputado também



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

poderá, se assim entender, responder completamente à intervenção.~~~~~

~~~~~Ó senhor deputado, de facto eu corroboro em absoluto naquilo que disse o senhor vereador Domingos Pereira.~~~~~

~~~~~O senhor vem aqui, o senhor sabe o que é estatuto de calamidade? O senhor conhece a lei? Alguém lhe disse lá fora ou leu num jornal, de certeza absoluta. O senhor não sabe o que é o estatuto de calamidade. O senhor sabe que não se pode pedir o estatuto de calamidade? O senhor vem aqui dizer um disparate que é este: pedir o estatuto de calamidade pública para receber subsídios do Governo?! Desculpe lá, não entre em diálogo comigo. Onde é que o senhor ouviu isto? Leia a lei, faz favor, que regulamenta o estado de alerta de contingência e de calamidade e depois venha aqui a esta Assembleia explicar. O senhor primeiro informe-se para depois não dizer essas barbaridades como disse o senhor vereador, o qual eu corroboro.~~~~~

~~~~~Depois veio fazer aqui um apelo que eu lhe vou garantir que isso não vai acontecer.~~~~~

~~~~~O senhor vem aqui dizer que o meu colega Ricardo Rio convidou a representante da CEM para coordenar o orçamento participativo. Nós não vamos convidar o Bloco de Esquerda, senhor deputado.~~~~~

~~~~~Muito obrigado.~~~~~

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – obrigado, senhor presidente. Vai o senhor deputado Mário Costa usar o exercício do direito de resposta.~~~~~

**DEPUTADO DO BE – Mário Costa** – Muito obrigado. Só para dizer que tanto o senhor vice-presidente como o senhor presidente dizem que eu digo barbaridades, mas não rebatem aquilo que eu digo.~~~~~

~~~~~Pedir ou não ajuda ao Governo compete ao município. E do mesmo sítio de onde vocês tiraram a famosa eficiência financeira, que é o anuário dos municípios portugueses, lá também diz taxativamente que o município de Barcelos não tem independência financeira, é um dos dois




ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

municípios, dos grandes municípios, juntamente com Guimarães, que possui receitas abaixo dos cinquenta por cento.~~~~~

~~~~~Era só.~~~~~

~~~~~Muito obrigado.~~~~~

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor deputado.~~~~~

~~~~~Vamos passar à votação do ponto cinco da ordem do dia!~~~~~

~~~~~Quem vota contra faz favor de se levantar.~~~~~

~~~~~(Ninguém)~~~~~

~~~~~Quem se abstém faz favor de se levantar.~~~~~

~~~~~(Oito, sendo sete do MIB, um do BE)~~~~~

~~~~~Aprovado por maioria com oito abstenções.~~~~~

~~~~~Vamos passar de imediato ao ponto número seis da ordem do dia.~~~~~

**SEGUNDO SECRETÁRIO** – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para os encargos plurianuais decorrentes da contratação da empreitada de obra pública denominada “Requalificação Urbana do Núcleo Central Histórico – Envolvente ao Paço dos Condes/Duques e à Igreja Matriz de Barcelos”.~~~~~

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Aceitam-se inscrições!~~~~~

~~~~~Senhor deputado Mário Figueiredo, faz favor, tem a palavra.~~~~~

DEPUTADO DA CDU – Mário Figueiredo – Muito obrigado, senhor presidente. O Partido Comunista Português não será entrave a projetos que possam melhorar o espaço público contribuindo dessa forma para o bem-estar da população.~~~~~

~~~~~Somos sensíveis à oportunidade de aproveitar o financiamento do QREN para requalificar espaços urbanos. Contudo, falta o esclarecimento sobre o que está projetado para o Núcleo Central Histórico. Falta perceber o que é que entende a Câmara por requalificação urbana. Uma coisa me deixa descansado, abate de árvores não vai haver



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

porque lá já não há árvore nenhuma. Agora, o que vai lá ser feito eu não sei o que vai ser feito, portanto, uma requalificação pode no nosso entender não ser uma requalificação e um desastre urbanístico.-----

-----Não podemos, igualmente, deixar de referir que há zonas que precisam urgentemente de requalificação como é o caso do Campo Camilo Castelo Branco, mais conhecido pelo Campo de São José, e do Mercado Municipal.-----

-----Há, também, a necessidade de requalificação urbana de zonas estratégicas para o desenvolvimento do município e para o aumento do bem-estar dos barcelenses e não só, como é o caso da zona ribeirinha.-----

-----Prioritário e estratégico é também a requalificação dos acessos à central de camionagem e o nó de Santa Eugénia que tanta falta faz para aumentar a capacidade de mobilidade dos barcelenses e de quem queira visitar o nosso concelho.-----

-----Pergunto, por isso, à Câmara Municipal de Barcelos: para quando é que está a equacionar a requalificação destas zonas que eu acabei de identificar, como forma de também contribuir para a melhoria de vida da população barcelense?-----

-----Disse.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Obrigado, senhor Mário Figueiredo. Tem a palavra a senhora deputada Marta Costa.-----

**DEPUTADA DO MIB – Marta Costa** – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Caros Colegas da Assembleia, Senhoras e Senhores, muito boa-noite.-----

-----Em relação a este ponto e apesar do que está em discussão ser a autorização para os encargos plurianuais decorrentes da contratação da empreitada em causa, o grupo do Movimento Independente por Barcelos considera que a zona do centro histórico escolhida para esta intervenção



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

não será de todo a mais prioritária.-----

-----A área abrangente ao centro histórico da nossa cidade, para além de ser muito diversificada, tem um enorme potencial que há muito está a ser ignorado.-----

-----No entanto, e como se trata de fundos do QREN, percebemos que se trata da zona mais apelativa a este tipo de financiamento.-----

-----Como com esta qualificação o património da cidade sai beneficiado, o nosso voto só poderia ser favorável.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Muito obrigado, senhora deputada Marta Costa. Tem a palavra agora o senhor deputado Mário Costa.-----

**DEPUTADO DO BE – Mário Costa** – Muito obrigado. Continuamos a interrogar-nos: que obras são estas de que não se conhecem projeto?-----

-----Em tempos de crise financeira, a Câmara apresta-se para gastar dois vírgula dois milhões de euros numa área tão reduzida da cidade, quando faltam meios para acorrer a tantas obras necessárias por toda a cidade e por todo o concelho. Um valor tão elevado para uma área tão pequena?-----

-----Pusemos em causa desde o início o interesse das obras da Avenida João Duarte e Nuno Álvares Pereira, pelo valor da obra, mais de um milhão e meio de euros, isto contando com a renovação do saneamento, águas pluviais e condutas para outros fins. O enorme atentado ambiental que provocaram, com o abate de mais de uma centena de árvores que deveriam ter sido poupadas.-----

-----Agora, desejamos que a Câmara não tenha a veleidade de destruir a Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, que faz parte do património histórico da cidade, uma memória que se tem de preservar, embora exista a necessidade de a requalificar, a seu tempo, e onde existe um património arbóreo valiosíssimo, as velhas tílias que lá existem, que devem ser devidamente tratadas e intocáveis.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Relativamente a esta despesa, qual a oportunidade desta obra? Gostávamos que o senhor presidente da Câmara nos explicasse a todos o que se pretende fazer, qual o interesse e a oportunidade.-----

-----A rede viária municipal é um desastre: a estrada de Remelhe que motivou uma manifestação ainda antes das eleições, a de Sequeade que foi agora a concurso, o desnivelamento da passagem de nível em Arcozelo... Um pouco por todo o concelho não faltam obras para fazer.-----

-----Poderão argumentar com a oportunidade da candidatura a verbas comunitárias, mas isso é um argumento de quem não é capaz de elaborar projetos de candidatura para as obras necessárias. É o que se passa com a debilidade das negociações portuguesas dos quadros comunitários. Só conseguimos verbas para aquilo de que não precisamos e pelo contrário interessa a todos menos a nós.-----

-----A obra mais urgente no centro histórico é a reabilitação urbana de modo a atrair habitantes de novo para uma zona que ficou deserta. É preciso engenho, mas não muito, e sobretudo vontade para negociar com os proprietários e disponibilizar-lhes meios financeiros, linhas de crédito para que os imóveis sejam recuperados e regresse a vida ao centro de Barcelos.-----

-----Muito obrigado.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado Néilson Brito.-----

**DEPUTADO DO PS – Néilson Brito** – Muito boa-noite, novamente. Realmente ouviram-se aqui alguns comentários interessantes. Creio que a candidatura que foi apresentada foi no âmbito de um projeto para requalificação de património histórico. Embora não sendo propriamente um especialista na matéria, mas acho que facilmente se compreende que aquilo não era para construir eixos rodoviários nem nada do género. E, portanto, não valia a pena candidatar eixos rodoviários quando os



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

*(Gabinete do Presidente)*

projetos admitidos são de requalificação de património histórico. Por isso, também quem está a trabalhar e a fazer as coisas não ia cair nesse ridículo, não é verdade?-----

-----Dito isto, e evidentemente que muitas das coisas que aqui foram ditas são muito relevantes, também o executivo municipal quer fazer o nó de Santa Eugénia e quer fazer tantas outras obras que são importantes para o concelho e manter a lógica dos investimentos realmente valiosos para o município que tem vindo a fazer nos últimos anos.-----

-----De qualquer modo, queria só aqui notar dois ou três pontos importantes.-----

-----Esta foi uma candidatura que foi aberta com um prazo muitíssimo limitado, a Câmara Municipal conseguiu apresentar a candidatura elaborando um projeto, submetendo o projeto a candidatura em apenas três semanas. É um investimento de cerca de dois vírgula cinco milhões de euros já com o IVA incluído, talvez um bocadinho mais, e a Câmara não vai gastar esse dinheiro, a Câmara candidatou-se para conseguir captar um financiamento de oitenta e cinco por cento desse valor. Portanto, a Câmara só gasta quinze por cento desse valor. Senhor deputado Mário Costa, tome nota, quinze por cento. OK?-----

-----Obviamente que isto significa e implica que o ON dois aceita candidatura, que não volta a fazer o que fez no passado, quer dizer, que afinal já não há dinheiro e corta-se e os projetos vão para lá e depois ficam pendurados porque simplesmente não são financiados.-----

-----De qualquer modo, a Câmara fez aquilo que era a sua obrigação, que era perante uma oportunidade de captar financiamento para um investimento que de outra maneira não conseguia fazer aproveitou, fez um trabalho extra e apresentou a candidatura.-----

-----Acho que todos concordamos que requalificar o nosso centro histórico nesta zona aqui é algo que é muito valioso e muito importante



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

para Barcelos, é a primeira imagem de quem entra pela ponte românica, é a primeira imagem que tem da nossa cidade e a última para quem sai por aí também, é um belíssimo cartão de visita para a cidade e é um belíssimo cartão de visita que ficará mais bonito se sofrer uma intervenção de requalificação.-----

-----Portanto, criticar a obra quando ela no limite vai custar trezentos mil euros acho que realmente é não ter visão daquilo que é importante para a cidade.-----

-----Dito isto, parece-me que foi uma oportunidade que surgiu, o município mais uma vez correspondeu, conseguiu, não ficou de fora.-----

-----E, só para dar o exemplo, nos últimos quatro anos o município de Barcelos conseguiu fazer investimentos de quinze milhões de euros financiados pelo FEDER. Nunca antes se viu uma coisa destas aqui. Certamente é uma experiência que o PSD não tem.-----

-----Portanto, é assim que continuaremos a trabalhar em prol do desenvolvimento do concelho, do desenvolvimento da cidade, e mesmo quando e humildemente reconhecemos que se calhar não era uma obra que estava projetada, mas não é por isso que não deixa de ser aproveitada. E, portanto, por mais que isso custe a algumas pessoas, é assim que continuará a ser feito em nome de Barcelos e dos barcelenses.-----

-----Muito obrigado.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Obrigado, senhor deputado. Senhor presidente da Câmara, pretende fazer o uso da palavra?-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA** – Obrigado, senhor presidente. Alguns esclarecimentos para sossegar alguns pequenos nervos aqui.-----

-----Deixem-me dizer que isto foram uns valores do quadro comunitário que sobraram, foram cerca de vinte e três milhões de euros no programa do norte – ON dois.-----

-----Entretanto, a ON dois distribuiu cerca de dez milhões de euros



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

*(Gabinete do Presidente)*

para a área cultural, nomeadamente para a requalificação de zonas de monumentos classificados. E os únicos monumentos que temos aqui que justificam uma intervenção destas, porque temos problemas graves, senhor deputado, e o senhor tanto fala aqui em águas pluviais, nós temos um problema gravíssimo de águas pluviais no Castelo, que é assim que nós mais o conhecemos, mas também temos na Matriz. A Matriz é um património que é de todos, também é um património classificado, e tem um problema de infiltrações de águas muito complicado.-----

-----Nós vimos aqui uma oportunidade de requalificar quer a Matriz do ponto de vista das águas pluviais e o seu exterior, como os Paços do Duque onde temos ali alguns problemas graves. E aproveitamos ao mesmo tempo, porque a lei assim nos permite, requalificar tudo aqui que nós chamamos o Largo do Município. E aproveitamos também, senhor deputado, para requalificar a Ponte Medieval.-----

-----Portanto, isto é tudo um projeto abrangente que se destina exclusivamente a estas duas áreas por força da classificação.-----

-----Deixe-me dizer-lhe também que candidatámos o projeto da passagem pedonal do IPCA, que não vem aqui porque já estava no orçamento e, portanto, não tem necessidade de aqui vir. Esse também é um projeto no valor de cerca de quinhentos mil euros que também foi apresentado. Seria ótimo que a ON dois nos aprovasse.-----

-----Mas há uma coisa que nós temos que respeitar muito e que eu tenho que evidenciar aqui do ponto de vista público. Foi num espaço de tempo impensável que todos os técnicos do município conseguiram fazer todos estes projetos. Atenção que nós estamos a falar de projetos muito complexos a todos os níveis de infraestruturas e de várias especialidades! E, portanto, aqui deixo o registo público do reconhecimento a todos aqueles que colaboraram de uma forma afincada e voluntária que nos permitiu num espaço de tempo tão curto. E deixe-me dizer-lhe que o



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS**

*(Gabinete do Presidente)*

procedimento para um processo destes é bastante complexo e vai até à publicação no Diário da República, e, portanto, foi contra o tempo que nós fizemos isto tudo, mas conseguimos-lo fazer isto a bem do nosso concelho e a bem do investimento que é fundamental e necessário para a nossa zona histórica.~

~Portanto, não se pense aqui que foi uma vontade do executivo decidirmos só requalificar esta zona. Não. Objetivamente o quadro só nos permite neste âmbito requalificar e foi por isso que optámos por esta zona porque há informações técnicas dentro do município, aquilo que nós chamamos Castelo, que tem problemas de infiltração de águas pluviais muito complicadas, aliás, quando chove muito vemos as águas a correr no sentido do rio. Vamos resolver também uma das canalizações para o rio que já devia ter sido resolvida há muito tempo e que foi enquadrada também neste projeto e ao mesmo tempo recuperar a Ponte Medieval que também precisa. Portanto, é dentro deste projeto que nós apresentámos e era a oportunidade que tivemos de apresentar e queira Deus que nos seja concedida para requalificarmos toda esta zona.~

~Muito obrigado.~

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Obrigado, senhor presidente.~

~Vamos passar de imediato à votação do ponto número seis!~

~Quem vota contra faz favor de se levantar.~

~(Ninguém)~

~Quem se abstém faz favor de se levantar.~

~(Um do BE)~

~Aprovado por maioria com uma abstenção.~

~Vamos passar de imediato ao ponto número sete da ordem do dia.~

**SEGUNDO SECRETÁRIO** – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a prorrogação do prazo para a homologação da lista





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

de classificação final dos procedimentos concursais.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Estão abertas as inscrições!-----

-----Senhor deputado Mário Figueiredo, faz favor.-----

**DEPUTADO DA CDU – Mário Figueiredo** – Muito obrigado, senhor presidente. Permita-me duas afirmações ou constatações e uma questão. A primeira, aquilo que eu posso aferir de mais uma prorrogação do prazo é que o serviço para os quais estes trabalhadores serão contratados estão a ser sobrecarregados e não poderão prestar os serviços adequados e necessários.-----

-----A segunda afirmação é que há opções políticas feitas a velocidade cruzeiro, dizendo mesmo que se põe o carro à frente dos bois, como é o exemplo da abertura do centro escolar António Fogaça ainda em construção.-----

-----No entanto, quando se trata da contratação de trabalhadores há um ano à espera de um trabalho, com todo o prejuízo que isto causa a estes trabalhadores, a velocidade de execução do município já não é do cruzeiro e o barco ainda nem sequer saiu do cais.-----

-----Portanto, nota-se a preocupação com umas e a despreocupação com outras.-----

-----E também aqui há opções que se pode entender de classe.-----

-----A questão:-----

-----Gostaria de compreender quais as razões para mais uma prorrogação do prazo, visto que aquela que é referida na proposta, embora entendendo a dificuldade que os funcionários da Câmara de Barcelos têm em processar todas aquelas candidaturas, foram milhares, que é a demonstração inequívoca das dificuldades que estão a ser vividas pelos trabalhadores barcelenses, não acho que seja uma justificação suficiente para pedir mais uma prorrogação do prazo por seis meses.-----

-----Só para concluir, também gostaria de saber, caso isto seja



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

chumbado, quais são as consequências e se a Câmara assume essas consequências.-----

-----Disse.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado Pedro Gonçalves.-----

**DEPUTADO DO PSD – Pedro Gonçalves** – Senhor presidente, antes de manifestar a posição do grupo municipal do PSD sobre este ponto, queria fazer uma pergunta ao senhor presidente da Assembleia Municipal e no fundo que é um lamento que eu verdadeiramente sinto porque temos tido aqui a notícia de que houve pessoas, barcelenses, que foram barrados na entrada nesta casa. Verdadeiramente eu penso que isso é uma situação escandalosa, devo dizer com toda a frontalidade e até lamentando acho que é uma situação escandalosa. Nós estamos perante a casa da democracia do nosso concelho e não é aceitável que por não haver cadeiras digam às pessoas que não podem entrar.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Ó senhor deputado, o senhor tem uma informação errada, totalmente errada. Portanto, o que aconteceu...-----

**DEPUTADO DO PSD – Pedro Gonçalves** – Então fico satisfeito, senhor presidente. Fico satisfeito, já não precisa de dizer mais nada.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Eu queria acrescentar o seguinte: o que aconteceu é que, como eu disse no início, estavam pessoas que excederam as expectativas da mesa na assistência, público, mas imediatamente providenciámos junto dos serviços e foram montadas mais cerca de uma ou duas dezenas de cadeiras e todas as pessoas foram sentadas. De qualquer forma, quando se dirigiram a mim, portanto, os serviços de apoio, e à mesa, disse de imediato que se não houvesse cadeiras que essas pessoas tinham que entrar.-----

**DEPUTADO DO PSD – Pedro Gonçalves** – Muito bem, então agradeço. Eu devo dizer que não esperava outra coisa, mas de toda a maneira tinha esta



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

informação que me era...-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Mas como tinha esta informação, olhe, desfez-se o equívoco e é assim que deve ser as coisas.-----

-----Obrigado.-----

**DEPUTADO DO PSD – Pedro Gonçalves** – Desfez-se o equívoco, exatamente. Relativamente ao ponto em discussão o grupo municipal do PSD vai votar favoravelmente a deliberação, já os vereadores do PSD votaram nesse sentido, e, aliás, eu acho que não pode ser de outra maneira, de votar favoravelmente, não pode ser de outro modo, mas na verdade o que isto traduz é alguma coisa de uma relativa inconsistência, eu diria até de inconsciência na abertura de um procedimento concursal.-

-----A abertura de um procedimento concursal para dar emprego às pessoas é alguma coisa que desperta nas pessoas a esperança de que vão ter emprego, a esperança de que há ali uma luz, há ali uma luz ao fundo do túnel e não é o comboio, não é? Há ali uma luz no fundo do túnel de uma esperança. E o que está demonstrado é que estas prorrogações, e esta prorrogação, agora na verdade significam da parte da Câmara que foi impensado, que há alguma inconsciência numa coisa séria e que verdadeiramente eu penso que é o que está aqui presente, já disse há pouco isso, é a antecipação, nós daqui a uns meses vamos estar aqui a discutir a deliberação sobre a anulação deste concurso. Portanto, o que estamos a fazer aqui é empurrar para a frente uma decisão que é uma decisão desagradável, é uma deliberação desagradável que a Câmara vai ter que tomar.-----

-----Insisto, votamos favoravelmente porque verdadeiramente o contrário seria inconsequente, penso eu. Mas o que está em causa é uma deliberação que vai manifestamente gerar deliberações à frente no sentido da anulação do concurso e isto também lamento.-----

-----Muito obrigado.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Obrigado, senhor deputado. O senhor presidente da Câmara em exercício quer usar da palavra? Faz favor.~~~~~

**VICE-PRESIDENTE – Domingos Pereira** – Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Caros Colegas Vereadores, Senhores Deputados.~~~~~

~~~~~Eu vou responder em conjunto porque as questões levantadas e a pertinência delas é comum aos dois intervenientes.~~~~~

~~~~~Eu tenho alguma dificuldade em explicar ou responder ao senhor deputado Pedro Gonçalves na medida em que sei que a sua formação académica é um ilustre jurista e melhor do que eu saberia ou deveria saber o que é que aqui está em causa.~~~~~

~~~~~Isto coloca-se, em primeiro lugar, a questão das restrições da contratação pública a que os municípios estão submetidos, mais concretamente a partir da Lei do Orçamento de Estado de dois mil e doze e dois mil e treze, em que determinam que os municípios têm que reduzir dois por cento do seu pessoal na globalidade dos seus quadros e em dois mil e treze também dois por cento e em dois mil e catorze eventualmente também dois por cento e nos contratos a termo certo cinquenta por cento.~~~~~

~~~~~E como o senhor deputado sabe, o quadro de pessoal ou o mapa de pessoal é aprovado nesta Assembleia Municipal, na quinta sessão ordinária, aquando da aprovação do plano de atividades e orçamento e vem anexo também o mapa de pessoal que prevê a dotação dos lugares para vigorar no ano seguinte, sem isso não é possível contratar.~~~~~

~~~~~O município faz uma gestão criteriosa dos recursos humanos, entende que é preciso abrir vagas nesse quadro, nesse mapa de pessoal, apresenta-as anexo ao orçamento e é aprovado ou não aprovado, tem sido aprovado, e posteriormente abre procedimentos concursais. E só pode admitir pessoas à medida em que há um saldo que é constante, em cada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

trimestre nós temos que reportar aos órgãos que tutelam as autarquias locais das entradas e saídas, cumprindo criteriosamente esses critérios.---

-----E o que é que acontece?-----

-----Este mês de novembro entraram duas pessoas porque havia saldos, havia dois concursos, foi possível, criam-se expetativas, tem razão, mas não somos nós que temos as culpas. O que devia ser feito, em meu entender, é que devia ser criado um rácio de despesa por habitante e então os municípios deviam ter que reduzir o pessoal ou deixar de contratar pessoal em função dos gastos que têm desses limites. Mas não, o município de Barcelos, também não sei se saberá, o rácio que tem de despesa por habitante é aquele que tem menor e é abrangido do mesmo modo que os outros municípios que têm excedente de pessoal.-----

-----Portanto, o que eu sugeria aqui e pedia quer ao senhor deputado, quer aos demais deputados do PSD e do CDS que estão no Governo para acabarem com estas injustiças.-----

-----O que está aqui em causa é que nós não queremos deixar cair estes concursos. Porquê? Se tivermos uma vaga amanhã para poder ser preenchida nós abriremos o concurso e daremos sequência a estes concursos. Não depende de nós, isto é para não deixar cair.-----

-----Se naturalmente a Assembleia chumbar, o município abrirá outros procedimentos concursais que dão trabalho, têm que ser publicados, têm que vir de novo à Assembleia, portanto, tem que fazer uma redefinição do mapa de pessoal que há de vir agora brevemente naturalmente com outras necessidades de recrutamento, mas o Governo não deixa. O senhor deputado sabe perfeitamente, é pegar na Lei do Orçamento de Estado de dois mil e doze/dois mil e treze, ainda não sabemos como é que vamos atingir o número de pessoas a despedir no ano corrente.-----

-----Portanto, se tiverem uma solução mágica comuniquem, se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

houver uma solução... Ó senhor deputado...-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor deputado Pedro Gonçalves, se pretender depois exercer o direito de resposta será de evitar cair em diálogo.-----

VICE-PRESIDENTE – Domingos Pereira – Eu estou admirado é que o senhor deputado devia estar melhor informado acerca disto, destas situações, e não vir aqui pôr problemas porque não depende de nós. Nós é para salvaguardar, ter a possibilidade, ainda agora acabei de dizer, houve duas situações, houve dois postos de trabalho que foram preenchidos esta semana porque houve vagas. E ainda agora temos duas pessoas que vão regressar ao município, não conto aqui nenhuma inconfidência, o senhor vereador doutor Félix Falcão que estava em comissão de serviço no exterior, eventualmente poderá regressar, é uma vaga que vai ocupar; um ex-presidente da Câmara Municipal de Paços de Ferreira, que é quadro do município, vai voltar ao município, e são duas vagas que vão tirar a estes concursos.-----

-----Portanto, a Assembleia é soberana, votará em função daquilo que entende, eu só não compreendo é que se coloquem estas questões dando a entender que há aqui alguma maledicência ou má gestão, não tem nada a ver com isso.-----

-----Portanto, eu lamento que não estejam informados, as pessoas que deveriam estar mais informadas parece que afinal não conhecem os *dossiers*. Lamento perfeitamente.-----

-----Obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor presidente da Câmara em exercício. Tem a palavra o senhor deputado Pedro Gonçalves, para usar o direito de resposta.-----

DEPUTADO DO PSD – Pedro Gonçalves – Ó senhor presidente, eu só quero usar o direito de resposta para dizer duas coisas:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Primeira, eu queria pedir o favor aos senhores vereadores, ao senhor presidente, ao senhor presidente em exercício e a toda a gente para não invocarem aqui as minhas qualidades académicas porque não é isso que está em causa neste momento, porque manifestamente diria é até deselegante, mas, enfim, esta é uma consideração quase estética que fica comigo mesmo.-----

-----Todo este discurso do senhor vice-presidente da Câmara me leva a esta pergunta que para mim é, digamos, incontornável: quem é que abriu o concurso? Foi o Governo que abriu o concurso? Ou foi a Câmara Municipal? É só isto. Quem é que abriu o concurso? A minha resposta é esta.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor deputado. O senhor presidente da Câmara ou o senhor vice-presidente pretende usar da palavra? Faz favor.-----

VICE-PRESIDENTE – Domingos Pereira – Senhor deputado, quem abriu os concursos foi a Câmara Municipal no uso das suas competências. Mas, posteriormente a isso, o Governo fez uma lei que proíbe que as pessoas tenham a expectativa de entrar. E o que eu peço é, aos senhores deputados que têm influência no Governo, para alterar a lei, o município precisa de recrutar muitas pessoas, deixem abrir os concursos e o município contrata-as de certeza absoluta. Exercam esse poder, por favor!-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado. Senhor presidente da Câmara, pretende usar da palavra?-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Não, senhor presidente. Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Vamos passar então à votação do ponto número sete!-----

-----Quem vota contra faz favor de se levantar.-----

----- (Ninguém) -----

-----Quem se abstém faz favor de se levantar.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

----- (Ninguém) -----

----- Aprovado por unanimidade. -----

----- Vamos passar de imediato ao ponto número oito da ordem de trabalhos. -----

PRIMEIRO SECRETÁRIO – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a Declaração de Reconhecimento do Interesse Público Municipal na operação urbanística que consubstancia a alteração do uso das construções existentes para instalação de um equipamento destinado à realização de eventos e prestação de serviços, nomeadamente de restauração, localizada na Quinta da Poça, freguesia de Gamil. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Aceitam-se inscrições! -----

----- Senhor deputado Sebastião Ferreira, faz favor. -----

DEPUTADO DO MIB – Sebastião Ferreira – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Meus Senhores, Minhas Senhoras. -----

----- Votamos a favor do ponto número oito, nove, dez e onze com vista à instalação, legalização e ampliação de instalações industriais. -----

----- A possibilidade de criação de postos de trabalho e o aumento da capacidade produtiva são sempre importantes para o concelho. -----

----- No entanto, gostávamos que para estas situações de apoio a atividades económicas a Câmara criasse ou tivesse regulamentação adequada para aprovação nesta Assembleia, para que pudesse haver uniformidade de critérios, garantia de igualdade e oportunidades e transparência, deixando assim o nosso apelo e recomendação ao executivo municipal. -----

----- Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor deputado. Senhor presidente da Câmara, pretende usar da palavra? -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente. É só para dizer ao senhor deputado que há regulamentos, quer dizer, isto não é feito *ad hoc*, não é feito sem critério. Portanto, isto tem critérios naturalmente e se se aperceber muitas das discussões que aqui vêm nestas matérias são apenas legalizações de empresas e que não se pense que isto é ao critério do presidente da Câmara ou do executivo. Há regulamentos, há critérios.~
~~~~~Muito obrigado.~

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Obrigado, senhor presidente da Câmara.~  
~~~~~Vamos então passar à votação do ponto número oito!~  
~~~~~Quem vota contra faz favor de se levantar.~  
~~~~~(Ninguém)~  
~~~~~Quem se abstém faz favor de se levantar.~  
~~~~~(Dois, sendo um do BE, um da CDU)~  
~~~~~Aprovado por maioria com duas abstenções.~  
~~~~~Vamos passar de imediato ao ponto número nove da ordem de trabalhos.~

SEGUNDO SECRETÁRIO – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a Declaração de Reconhecimento do Interesse Público Municipal de uma parcela de terreno com setecentos e vinte e cinco metros quadrados, para legalização/ampliação de um edifício destinado a indústria de serralharia, sita no lugar de Pensal, freguesia de Airó.~

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Aceitam-se inscrições!~
~~~~~Senhor presidente da Câmara, pretende usar da palavra?~

**PRESIDENTE DA CÂMARA** – Muito obrigado, senhor presidente. Não.~

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Vamos passar de imediato à votação do ponto número nove!~  
~~~~~Quem vota contra faz favor de se levantar.~  
~~~~~(Ninguém)~



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Quem se abstém faz favor de se levantar.-----

----- (Dois, sendo um do BE, um da CDU) -----

-----Aprovado por maioria com duas abstenções.-----

-----Vamos passar ao ponto número dez da ordem de trabalhos.-----

**PRIMEIRO SECRETÁRIO** – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a Declaração de Reconhecimento do Interesse Público Municipal na operação urbanística que consubstancia a demolição, legalização e ampliação de um edifício de génese ilegal e que se destina a indústria, localizada no lugar da Riquinha, freguesia de Martim.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Aceitam-se inscrições!-----

-----Senhor presidente da Câmara, pretende usar da palavra?-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA** – Não, senhor presidente. Muito obrigado.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Vamos proceder à votação do ponto número dez!-----

-----Quem vota contra faz favor de se levantar.-----

----- (Ninguém) -----

-----Quem se abstém faz favor de se levantar.-----

----- (Dois, sendo um do BE, um da CDU) -----

-----Aprovado por maioria com duas abstenções.-----

-----Ponto número onze.-----

**SEGUNDO SECRETÁRIO** – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a Declaração de Reconhecimento do Interesse Público Municipal de uma parcela de terreno com vinte e quatro mil, setecentos e trinta e seis metros quadrados, para construção de edifício industrial de confeção têxtil, sita no lugar do Monte, freguesia de Manhente.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Aceitam-se inscrições!-----

-----Alguém pretende usar da palavra?-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

~~~~~Vamos passar de imediato à votação!~~~~~

~~~~~Quem vota contra faz favor de se levantar.~~~~~

~~~~~(Ninguém)~~~~~

~~~~~Quem se abstém faz favor de se levantar.~~~~~

~~~~~(Dois, sendo um do BE, um da CDU)~~~~~

~~~~~Aprovado por maioria com duas abstenções.~~~~~

~~~~~Tem a palavra o senhor deputado Mário Costa, para declaração de voto.~~~~~

DEPUTADO DO BE – Mário Costa – Nestes quatro pontos abstivemo-nos porque tentámos informarmo-nos, a Câmara não fornece informação suficiente para que nos possamos pronunciar adequadamente sobre isto. É um facto. Aliás, não é só sobre isto. O facto de quase em todos os pontos da ordem de trabalhos desta Assembleia os documentos serem fornecidos com uma antecedência de oito dias, nem isso, é de facto lamentável.~~~~~

~~~~~De qualquer das formas, todas estas questões deveriam estar devidamente reguladas pelo PDM, deveriam estar previstas no PDM. Portanto, há zonas para edificações e zonas de reserva agrícola e ecológica que não deveriam estar constantemente a ser permitidas em nome de um pretenso reconhecimento de interesse público municipal.~~~~~

~~~~~Muito obrigado.~~~~~

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor deputado. O senhor presidente da Câmara pretende usar da palavra?~~~~~

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado. Eu não tinha até intenção de intervir, mas só para dizer ao senhor deputado que isto vem aqui precisamente por não estar no PDM, porque se estivesse previsto no PDM não vinha aqui para fazer nada, senhor deputado. O senhor continua a desconhecer em absoluto tudo o que diz.~~~~~

~~~~~O senhor quer que entregue os documentos com um mês de antecedência? Não é possível isso. Porquê? Porque a lei diz oito dias,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

*(Gabinete do Presidente)*

senhor deputado. O senhor quando veio para aqui devia conhecer os regulamentos, saber em que condições é que desenvolve a sua atividade como deputado e sujeita-se àquilo que a lei diz. Agora o senhor argumenta que não tem documentos. O senhor tem documentos. Se o senhor não tem tempo em oito dias para se preparar para vir para a Assembleia, eventualmente abandona a Assembleia e põe outro deputado do Bloco de Esquerda cá, alguém que seja mais ágil e consiga resolver isso.-----

-----Muito obrigado.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Muito obrigado, senhor presidente. Vamos passar ao ponto número doze: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo.-----

-----Quem se inscreve?-----

-----Senhor deputado Mário Figueiredo, tem a palavra.-----

**DEPUTADO DA CDU – Mário Figueiredo** – Muito obrigado, senhor presidente. O acórdão número vinte e dois de seis de setembro do Tribunal de Contas, sobre a fiscalização prévia do processo de fusão por incorporação das empresas municipais solicitada pela Câmara Municipal de Barcelos, deixa claro dois aspectos relevantes:-----

-----Primeiro – O acórdão arrasa a forma como o município de Barcelos conduziu o processo de fusão por incorporação das Empresas Municipais.-----

-----Note-se que os vereadores do PSD e o vereador Manuel Marinho, bem como os deputados da Assembleia Municipal anterior que aprovaram a proposta de fusão, são corresponsáveis.-----

-----A decisão em recusar o visto prévio é a materialização da forma errada como o município de Barcelos encarou o processo.-----

-----No entanto, os fundamentos expostos no acórdão que levaram à



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

decisão são por vezes humilhantes.-----

-----A Câmara Municipal de Barcelos não provou que a opção por empresarializar era mais conveniente que internalizar.-----

-----A Câmara Municipal de Barcelos não demonstrou a viabilidade económico-financeira da nova EMEC. Sustentou a defesa em argumentos frágeis.-----

-----A reacção da Câmara Municipal de Barcelos ao acórdão por intermédio do vice-presidente doutor Domingos Pereira é grave e sujeita a análise.-----

-----Diz a Câmara Municipal que *“já estava à espera”*, isto é, admite a Câmara Municipal de Barcelos que o processo de fusão por incorporação não era viável e que já sabia antes do próprio acórdão do Tribunal de Contas.-----

-----A Câmara Municipal de Barcelos admite que gastou tempo precioso para ponderar uma solução que respondesse à imposição da lei.-----

-----A Câmara Municipal de Barcelos admite que gastou dinheiro público com um estudo de viabilidade económico-financeiro que sabia à partida que não tinha serventia nenhuma.-----

-----A Câmara Municipal de Barcelos colocou as empresas municipais sob o cenário da dissolução, exigido por lei, por não ter apresentado uma solução credível.-----

-----A Câmara Municipal de Barcelos colocou em risco duzentos e cinquenta e um trabalhadores.-----

-----Segundo aspecto – O acórdão do Tribunal de Contas deixa claro, para quem ainda tinha dúvidas, e dando razão àquilo que o Partido Comunista defendeu na altura em que foi votada esta proposta, que a lei que impõe as regras economicistas às empresas municipais assenta na ideologia neoliberal.-----

-----Cria as condições necessárias para prosseguir o objectivo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

mercantilista de privatizar e terminar com os serviços públicos municipalizados.-----

-----Posto isto, coloco três questões:-----

-----Já está garantido o apoio do POPH à actividade da EMEC, mais propriamente à Escola de Tecnologia e Gestão?-----

-----Qual a solução que a Câmara Municipal de Barcelos tem para as empresas municipais?-----

-----Qual o destino dos duzentos e cinquenta e um trabalhadores?-----

-----Terceiro aspecto que gostava de abordar é a situação das escolas em Barcelos.-----

-----A abertura do ano letivo evidenciou várias deficiências existentes nas escolas barcelenses:-----

-----Excesso de alunos nas salas de aula em Silveiros;-----

-----A falta de condições da Escola Rosa Ramalho para acolher crianças com deficiência;-----

-----O mau estado do piso do ginnodesportivo da nova Escola Alcaides de Faria;-----

-----Deficiências na escola de Lijó.-----

-----Tudo do conhecimento público, tudo publicado na imprensa local e não só.-----

-----No entanto, não quero deixar de me centrar em dois centros escolares pelo significado, por aquilo que mostra e pela razão que dá ao Partido Comunista Português: que é o centro escolar de Gilmonde e o centro escolar António Fogaça.-----

-----Para além da falta de funcionários que é comum a todas as escolas, o centro escolar de Gilmonde é um exemplo concreto da linha economicista que sustentou a política de direita no encerramento de escolas.-----

-----A construção dos centros escolares e conseqüentemente o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

*(Gabinete do Presidente)*

encerramento das escolas teve como principal argumento quer pelo Governo, quer pela Câmara Municipal de Barcelos a resolução do problema da existência de salas mistas, isto é, dois níveis de escolaridade na mesma sala. No entanto, a realidade do centro escolar de Gilmonde contradiz essa argumentação.-----

-----O centro escolar de Gilmonde tem atualmente seis turmas, sendo duas turmas mistas. Este facto criou enorme oposição dos pais, em especial da associação de pais de Vila Seca que viu a sua escola encerrada. Sabemos que os pais do centro escolar fizeram a proposta ao director da DGESTE que com a contratação de mais um professor – que certamente precisaria deste emprego – seriam eliminadas as salas mistas. O director da DGESTE rejeitou a proposta, afirmando que a contratação de mais um professor prejudicava o cumprimento dos objectivos. Isto é claro como a água quais são as intenções dos encerramentos das escolas, quais eram as intenções dos centros escolares e da concentração de alunos: reduzindo o número de professores, reduzindo o número de funcionários, atirando estas pessoas para o desemprego, não querendo saber da sua qualidade de vida e das dificuldades que iam enfrentar no futuro.-----

-----Em relação ao centro escolar António Fogaça.-----

-----A Câmara Municipal de Barcelos ao iniciar o ano letivo no centro escolar, ainda em construção, demonstrou o desrespeito pelo bem-estar dos alunos, pelo trabalho dos professores e funcionários e pela tranquilidade dos pais.-----

-----São vários os problemas:-----

-----O refeitório só tem a capacidade para cento e oitenta alunos numa escola com quatrocentos e vinte e cinco alunos. A espera para almoçar é demoradíssima;-----

-----O recreio improvisado, visto que o recreio não está construído, tem menos de um metro quadrado por aluno, o que provoca vários



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

*(Gabinete do Presidente)*

acidentes escolares, alguns com necessidade de assistência médica;-----  
 -----Falta de espaço fechado para a prática desportiva. Um centro escolar novo não tem um espaço fechado, quando muito se apregoa o combate à obesidade nas crianças e quando há pouco tempo o vice-presidente Domingos Pereira disse que até se juntava às reivindicações dos alunos da escola de Fragoso por não ter um pavilhão gimnodesportivo e depois, quando tem a possibilidade de o fazer numa escola feita de novo, não o faz. Aproveite essa veia reivindicativa e junte-se à população pelos melhores salários e pelas melhores condições nos centros escolares;-----  
 -----As salas de aula são de reduzida dimensão;-----  
 -----As acessibilidades são deficientes, saída inadequada da escola, provocando a insegurança na entrega dos alunos. Isto é mais grave do que parece. Junta-se mais de duzentos pais à porta de uma escola, muitas vezes o empregado que está encarregado de entregar os alunos aos pais tem dificuldade em proceder a isto que deveria ser tão simples.-----  
 -----Alguns problemas mencionados poderão ser minimizados ou até mesmo suprimidos com o tempo, alguns não o serão pois tratam-se de problemas estruturais como o refeitório e a dimensão das salas de aula. No entanto, o problema de fundo, a origem da maioria dos problemas é o excesso de alunos, alunos com pouca autonomia, aliada à falta de funcionários e em espaços reduzidos.-----  
 -----O funcionamento deficiente dos centros escolares é a prova concreta que o Partido Comunista Português tinha razão quando afirmou, em devido tempo, que os motivos da política de direita seguida pelo anterior Governo e por este Governo e com a conivência desta Câmara Municipal de Barcelos não era a resolução dos problemas escolares, não era a preocupação pelo bem-estar dos alunos, pelos professores e funcionários, era sim a redução do financiamento da escola pública numa clara visão economicista com consequências no agravamento pedagógico





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

e social das escolas.-----

-----Coloco três questões:-----

-----Quando estarão concluídas as obras do centro escolar António Fogaça?-----

-----Vai construir ou não um espaço fechado para a prática desportiva?-----

-----Outra que não tem a ver só com os centros escolares, mas com todas as escolas do ensino básico do primeiro ciclo: porque é que não foi feita a contratação de psicólogos e colocados nas escolas primárias?-----

-----Disse.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Obrigado, senhor deputado Mário Figueiredo. Tem a palavra o senhor deputado Jaime Dantas.-----

**DEPUTADO DO MIB – Jaime Dantas** – Muito obrigado, senhor presidente. Ao atravessar a ponte de Santa Eugénia, até o transeunte automobilista mais distraído facilmente dá conta da seguinte inscrição: “*Ponte de Santa Eugénia. Mil novecentos e noventa e cinco*”. Presumimos que a data corresponde à altura da conclusão da ponte.-----

-----Ora, volvidos quase vinte anos, a razão da construção da ponte ainda não se cumpriu, isto é, servir a área urbana por uma circular externa.-----

-----Face a esta situação, a questão que colocamos ao senhor presidente da Câmara é a seguinte:-----

-----Para quando a ligação do nó de Rio Covo Santa Eugénia à estrada nacional cento e três e desse modo completar a circular externa de Barcelos?-----

-----Senhor presidente, a política, tal como a vida, faz-se de prioridades e para nós esta obra é prioritária. Por vezes o problema não é o financiamento, basta a vontade política para que tudo se resolva.-----

-----Fica o nosso apelo ao executivo que Vossa Excelência preside.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

*(Gabinete do Presidente)*

-----Muito obrigado.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Obrigado, senhor deputado. Senhor presidente da Câmara, pretende usar da palavra?-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA** – Muito obrigado, senhor presidente. Explicar aqui ao senhor deputado Mário Figueiredo que em relação às questões que levantou das empresas municipais eu vou-lhe responder por escrito. De facto, é melhor ser por escrito.-----

-----Em relação às deficiências da escola, vou-lhe responder já aqui. O senhor mistura ensino básico com primeiro ciclo, com segundo ciclo, faz para aqui uma miscelânea... Desculpe lá, não entre em diálogo comigo, eu estive calado! O senhor faz aqui uma mistura de tudo e não está a querer perceber que há competências que são da Câmara, há competências que são do Ministério da Educação. E, portanto, aquilo que é da nossa responsabilidade naturalmente que assumimos e aquilo que é da responsabilidade do Ministério, o Ministério também terá que assumir.-----

-----O senhor levantou aqui a deficiência da escola de Lijó, não sei qual é a deficiência da escola de Lijó, provavelmente o senhor estará a referir-se à ligação dos miúdos entre o centro escolar novo e a infraestrutura que lá existe por causa da cantina. Portanto, penso que é isso que se trata, não há deficiência nenhuma. Há uma situação que está identificada, que não tem nada a ver com o projeto novo, mas tem a ver com uma questão de razoabilidade, até porque já foi identificada pela senhora vereadora e estamos a agir no sentido de ultrapassar o problema. Estamos a falar de uma pequena plataforma de ligação entre os dois edifícios, na ordem dos quatro metros sensivelmente. Portanto, estamos a resolver o problema. Porque uma, senhor deputado, é um centro escolar, infraestrutura pertença do município, e a outra, senhor deputado, é pertença do Ministério da Educação.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Em relação ao centro escolar de Gilmonde, o senhor diz que é mais um professor, o senhor diz que mandam funcionários embora... também não é da competência do município. É da competência do Ministério da Educação. Portanto, é ao Ministério da Educação que terá que reclamar. Eventualmente fazer política contra o Governo, que é isso que tem que fazer, mas não é aqui, é na Assembleia da República.-----

-----Dizer aqui que António Fogaça que foi ocupada em construção, eu não vou usar um adjetivo assim muito deselegante, mas não corresponde à realidade. A única parte que estava em fase de conclusão final, como sabe, foi um terreno que adquirimos *a posteriori* à Santa Casa da Misericórdia, onde vai ser feito o recreio externo do centro escolar. E essa obra atrasou porque também só foi disponibilizado um pouco mais tarde, porque originalmente não estava lá previsto.-----

-----Deixe-me dizer que em relação à questão que levantou aqui das crianças demorarem um bocadinho nas refeições, foi pena que o senhor no passado não levantasse a questão do centro escolar, como é que ele ia ser feito. Eu vou-lhe dizer como é que ele ia ser feito. Ia ser feito no Campo Adelino Ribeiro Novo, que era assim que estava previsto, num terreno hoje avaliado em cerca de seis vírgula sete milhões de euros, e tinha cerca de oitocentas crianças nesse centro escolar. A Fogaça e o centro escolar de Arcozelo surgem *a posteriori* quando este executivo entrou em dois mil e nove, que na reorganização da carta educativa decidiu dividir os dois centros escolares porque achava de facto um disparate – crianças que tanto dependem de apoio das tarefeiras – ter oitocentas crianças numa refeição num espaço curto, crianças que de facto precisam de apoios e necessidades para ter uma refeição saudável e equilibrada.-----

-----Depois vem aqui levantar uma outra questão que não tem nada a ver. O senhor acaba por dizer aqui que nós fizemos uma escola nova em



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

Fragoso. Não fizemos nada, foi o jardim-de-infância. E, mais uma vez, o jardim-de-infância não tem a ver com o ciclo que está ao lado. E o pavilhão que o senhor deputado está a falar não tem nada a ver com a obra que nós fizemos. Eu vou-lhe dizer qual é o ponto da situação do pavilhão. O pavilhão é uma das situações que está identificada pelo município, tem projeto, não há dinheiro, confrontámo-nos com um projeto na ordem de um milhão e quatrocentos mil euros, foi candidatado, não foi aceite, tivemos que requalificar o projeto, reduzir o investimento, está neste momento na ordem dos setecentos mil euros esse investimento, está também à espera de candidatura, porque é de facto uma prioridade e se depender de nós naturalmente que ele avançará. Aqui mais uma vez não misturo o que é responsabilidade do Ministério da Educação e o que é responsabilidade do município.~

~Em relação aos psicólogos, mais uma vez, quem tem que contratar é o Ministério da Educação, tem que criar condições para que isso aconteça, mas ainda há bocado vimos, na questão dos concursos públicos, que ninguém nos permite contratar nada. E, portanto, como não nos permitem contratar nada, também não podemos socorrer as situações.~

~Muito obrigado.~

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Obrigado, senhor presidente. Tem a palavra o senhor deputado Mário Figueiredo, para direito de resposta.~

**DEPUTADO DA CDU – Mário Figueiredo** – Muito obrigado, senhor presidente. Aqui na Assembleia, não é só o meu caso, são todos, já percebemos que à luz da sapiência do senhor presidente da Câmara todos nós somos menores intelectualmente e não percebemos nada do que se está aqui a discutir.~

~Os problemas não são causados por aqueles que não entendem; são causados pelos que entendem. Isso é que é o grande problema.~



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

*(Gabinete do Presidente)*

-----E eu não fiz trapalhada nenhuma com as competências. Eu sei exatamente quais são as competências do município e sei quais são as competências do Governo.-----

-----Aquilo que aconteceu, por exemplo, no centro escolar de António Fogaça, a criação das escolas naturalmente que é da competência do Ministério, mas o encerramento das escolas o município serviu de ponta-de-lança. É que o município em Barcelos é o ponta-de-lança das políticas da direita que visa o encerramento de escolas e a destruição da escola pública. Isso é que é verdade. E daqui vocês não fogem. Mesmo que digam que os outros não percebem nada, vocês é que criam os problemas.-----

-----Ora, fiquei a saber também que afinal a escola António Fogaça não estava em construção, só está em meia construção. Porque o recreio é uma coisa assim ali... E que os alunos não estão no recreio improvisado com menos de um metro quadrado por aluno, que já causou acidentes, com intervenção médica. Eu até posso garantir que sei desses casos porque eu sou pai de um aluno que está lá. E estive na reunião da associação de pais, que terminou também à uma e tal da manhã tantos eram os problemas, e não falei, não precisei de falar, só precisei de escutar, que é coisa que parece que o senhor presidente por vezes não gosta.-----

-----E aquilo que se está a passar na escola de Fragoso eu não disse que foi uma construção nova, eu não disse isso. Eu disse que há uma reivindicação dos alunos de há quinze anos a esta parte para a construção de um gimnodesportivo e que o senhor vice-presidente da Câmara, com uma declaração de mau gosto, disse: “Ah, eu até me juntava às reivindicações”. Mas depois quando teve que fazer o pavilhãozinho fechado na escola Fogaça aí já não há projeto, aí o interesse de haver um gimnodesportivo já não... Vá para lá reivindicar isso! Ou não é verdade



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

que a comissão instaladora da associação de pais da escola António Fogaça propôs a construção de um pavilhão gimnodesportivo na António Fogaça? É ou não é verdade? Então junte-se às contestações! Ah, pois é. Então junte-se! É que eu vou estar lá, mas também gostaria de o ver lá. É que isto só de contestar não é da boca para fora, é preciso estar!-----  
-----Disse.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Obrigado, senhor deputado. Senhor presidente da Câmara, pretende usar da palavra?-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA** – Senhor presidente, eu não vou responder a esta intervenção do senhor deputado, mas queria, se me permitisse, porque eu entretanto tinha aqui um apontamento para esclarecer o senhor deputado Jaime Dantas e acabei por não o fazer, se me permitir, eu de uma forma rápida esclarecia o senhor deputado.-----

-----O senhor deputado levantou aqui a questão da ligação da circular externa e diz uma coisa que eu apelo à sua compreensão. Não é uma questão de vontade, porque se fosse uma questão de vontade estava ultrapassado e resolvido; é uma questão de milhões, milhões e milhões que são precisos para fazer a ligação à circular externa. Aliás, o chamado nó de Santa Eugénia é um dos que pertence à ligação da circular externa que vai ao Cidade de Barcelos e depois deriva para a zona de Manhente, e estamos a falar de doze milhões sensivelmente. Portanto, ter vontade de ter doze milhões eu tenho-a, se tivesse os doze milhões naturalmente que a circular já estava feita, porque ela é muito importante para Barcelos.----

-----Muito obrigado.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Obrigado, senhor presidente. Mais alguém pretende usar da palavra?-----

-----Não sendo este o caso, antes de proceder ao encerramento da sessão iria exatamente terminar por lembrar aquilo que disse no início ou parte daquilo que foi dito no início, lembrar aos senhores deputados para



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

*(Gabinete do Presidente)*

à saída passarem o cartão na máquina respetiva.~

~Queria agradecer também a forma como decorreu esta Assembleia Municipal a todos os senhores deputados e ao público.~

~Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Comunicação Social, Minhas Senhoras e Meus senhores, bom regresso a casa e bom fim de semana.~

~Obrigado.~

~Boa-noite.~

~A sessão terminou à uma hora e cinquenta minutos do dia dezasseis de novembro de dois mil e treze.~

~Para constar se lavrou a presente acta, que eu, Celestino Linhares da Silva, para o efeito designado, redigi e subscrevo e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia.~

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

---

*(Duarte Nuno Pinto, Dr.)*

O ASSISTENTE TÉCNICO

---

*(Celestino Linhares da Silva)*



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS**  
(Gabinete do Presidente)

## ÍNDICE

Acta nº 2 de 15 de novembro de 2013

| <b>FOLHA</b> | <b>ASSUNTO</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|--------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 01           | Apresentação da ordem de trabalhos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| 05           | Período de antes da ordem do dia / Início dos trabalhos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| 30           | Período da ordem do dia / Aprovação das atas das sessões de 30 de agosto e 11 de outubro de 2013 (1º Ponto)                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| 31           | Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a fixação da taxa de 0, 7% para os prédios urbanos e de 0,35% para os prédios urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a cobrar em 2014 (2º Ponto)                                                                                                                                                        |
| 49           | Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para o lançamento da derrama de 1,2% e isentar os sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapasse os 150.000,00 €, a cobrar no ano de 2014 (3º Ponto)                                                                                                                                                            |
| 60           | Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo à Caixa de Crédito Agrícola (4º Ponto)                                                                                                                                                                                                                               |
| 67           | Discussão e votação da 2ª Revisão às Opções do Plano e Orçamento Municipal do ano de 2013 (5º Ponto)                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| 73           | Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para os encargos plurianuais decorrentes da contratação da empreitada de obra pública denominada “Requalificação Urbana do Núcleo Central Histórico – Envolvente ao Paço dos Condes/Duques e à Igreja Matriz de Barcelos” (6º Ponto)                                                                                            |
| 80           | Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a prorrogação do prazo para a homologação da lista de classificação final dos procedimentos concursais (7º Ponto)                                                                                                                                                                                                                           |
| 88           | Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a Declaração de Reconhecimento do Interesse Público Municipal na operação urbanística que consubstancia a alteração do uso das construções existentes para instalação de um equipamento destinado à realização de eventos e prestação de serviços, nomeadamente de restauração, localizada na Quinta da Poça, freguesia de Gamil (8º Ponto) |
| 89           | Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a Declaração de Reconhecimento do Interesse Público Municipal de uma parcela de terreno com 725 m <sup>2</sup> , para legalização/ampliação de um edifício destinado a indústria de serralharia, sita no lugar de Pensal, freguesia de Airó (9º Ponto)                                                                                      |
| 90           | Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a Declaração de Reconhecimento do Interesse Público Municipal na operação urbanística que consubstancia a demolição, legalização e ampliação de um edifício de génese ilegal e que se destina a indústria, localizada no lugar da Riquinha, freguesia de Martim (10º Ponto)                                                                 |





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

*(Gabinete do Presidente)*

|    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|----|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 90 | Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a Declaração de Reconhecimento do Interesse Público Municipal de uma parcela de terreno com 24.736 m <sup>2</sup> , para construção de edifício industrial de confeção têxtil, sita no lugar do Monte, freguesia de Manhente (11º Ponto) |
| 92 | Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo (12º Ponto)                                                                                                                                                  |